

PREGÃO ELETRÔNICO

90049/2026

CONTRATANTE (UASG)

986475

OBJETO

Registro de Preços para aquisição e instalação (com start-up) de ventiladores de parede, com entrega ponto a ponto, para atendimento das Secretarias de Educação, Assuntos Portuários e Aeroportuários, Desenvolvimento e Assistência Social, Esporte Lazer e Juventude, Gestão Administrativa e Inovação, Operações Urbanas e Meio Ambiente e Segurança Climática da Prefeitura Municipal de Guarujá.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 786.300,24 (Setecentos e oitena e seis mil trezentos reais e vinte e quatro centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 19/06/2026 às 09h 30 (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor Preço por Grupo

MODO DE DISPUTA:

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90049/2026

SUMÁRIO

1.	DO OBJETO	3
2.	DO REGISTRO DE PREÇOS	3
3.	DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
4.	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	6
5.	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	8
6.	DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.....	9
7.	DA FASE DE JULGAMENTO	13
8.	DA FASE DE HABILITAÇÃO	15
9.	DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	18
10.	DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	19
11.	DOS RECURSOS	19
12.	DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	20
13.	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	23
14.	CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	23
15.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	24
16.	ANEXOS.....	26



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90049/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 49/2026

(Processo Administrativo nº 8429/2026)

Torna-se público que o **Município de Guarujá**, com sede na Av. Santos Dumont, 800, na cidade de Guarujá, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 44.959.021/0001-04 – **UASG nº 986475**, neste ato representado(a) pelo(a) Sr(a). **Mohamad Ali Abdul Rahim**, responsável pela **Secretaria Municipal de Educação**, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 15.833¹, de 17 de novembro de 2023, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o **Registro de Preços para aquisição e instalação (com start-up) de ventiladores de parede, com entrega ponto a ponto, para atendimento das Secretarias de Educação, Assuntos Portuários e Aeroportuários, Desenvolvimento e Assistência Social, Esporte Lazer e Juventude, Gestão Administrativa e Inovação, Operações Urbanas e Meio Ambiente e Segurança Climática da Prefeitura Municipal de Guarujá**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no

¹ Decreto Municipal 15.833/2023:

<https://leismunicipais.com.br/a/sp/g/guaruja/decreto/2023/1584/15833/decreto-n-15833-2023-regulamenta-a-lei-federal-n-14133-de-1-de-abril-de-2021-que-dispoe-sobre-licitacoes-e-contratos-administrativos-no-municipio-de-guaruja-e-da-outras-providencias>



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90049/2026

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

- a) Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- b) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- c) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- d) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- e) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- f) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90049/2026

dezembro de 1976, concorrendo entre si;

- g) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- h) Agente público do órgão ou entidade licitante;
- i) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- j) Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021;
- k) Empresas reunidas sob a forma de Consórcio.

3.7. O impedimento de que trata o item “d” será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens “b” e “c”, poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. O disposto nos itens “b” e “c” não impedem a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.12. A vedação de que trata o item “h” estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90049/2026

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.13.1 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

- a) está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- b) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- c) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- d) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§1º ao 3º do art.4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90049/2026

assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.

4.13. O valor final mínimo na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90049/2026

de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4.16. A garantia de proposta prevista no art. 58 da Lei nº 14.133/2021, quando houver exigência no Anexo V (Termo de Referência) e sob pena de desclassificação, deverá ser enviada concomitantemente à proposta e aos documentos de habilitação, devendo o licitante realizar o upload do comprovante no sistema eletrônico, no campo destinado aos anexos da proposta, observados os prazos e modalidades descritos neste Edital.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor grupo, devendo ser cotados com centavos de **no máximo 02 (duas) casas decimais**;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante;

5.1.4. Quantidade cotada.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. A proposta eletrônica de preço deverá estar acompanhada de “Planilha Proposta Comercial”, elaborada nos moldes do Anexo II do edital e preenchida em todos os seus itens, com o preço ofertado pela licitante.

5.2.2. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributo sem percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90049/2026

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União ou Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90049/2026

- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,5% (meio por cento).
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90049/2026

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresa se empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90049/2026

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

- a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a) empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- b) empresas brasileiras;
- c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados os seguintes preços unitários máximos como critério de aceitabilidade.

6.20.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.20.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90049/2026

neste Edital e já apresentados.

6.20.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 4.6 deste edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90049/2026

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a) conter vícios insanáveis;
- b) não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- c) apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- b) inexistir em custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.11. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90049/2026

7.12. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.13. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.14. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.15. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado, competindo à comissão técnica analisar a adequação com o termo de referência. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Anexo V, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90049/2026

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou cópia.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado conforme orientações constantes no anexo V, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

8.10.1. Caso a licitante opte por não realizar a visita técnica, deverá apresentar declaração formal de pleno conhecimento das condições de execução do objeto, assumindo integral responsabilidade pela elaboração de sua proposta e pela execução do contrato.

8.11. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

8.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90049/2026

da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.13. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo mínimo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.13.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.15. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.15.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.15.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.16. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.13.1.

8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90049/2026

subitem anterior.

8.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133/2021. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90049/2026

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

10.1.1. Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. Dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitar em cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 55a art. 57 do Decreto nº 15.833/23.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90049/2026

ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no §1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico oficial do Município.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90049/2026

em especial quando:

- a) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- d) Deixar de apresentar amostra;
- e) Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

12.1.4. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

12.1.5. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

12.1.6. Fraudar a licitação.

12.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- a) Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- b) Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- c) Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.8. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

12.1.9. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. As peculiaridades do caso concreto.

12.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

12.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

12.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90049/2026

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5 à 15% (XXX por cento) do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15 à 30% (XXXX por cento) do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, § 4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência,



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90049/2026

multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação, assim como os pedidos de esclarecimentos e informações serão formulados em campo próprio do sistema, ou através de e-mail, no endereço eletrônico pregao.guaruja@gmail.com.

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

14.1. O pagamento será efetuado por meio de crédito em conta corrente indicada pela empresa



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90049/2026

vencedora, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, a contar do recebimento definitivo do objeto da licitação e da documentação fiscal, com a indicação do número da conta corrente, devidamente atestada.

14.2. As Notas Fiscais de Aquisição de Bens e Materiais deverão ser entregues nos Almoxarifados e as Notas Fiscais de Prestação de Serviços no Setor de Protocolo Geral – Paço Raphael Vitiello, já atestadas pelo responsável da Unidade onde o serviço foi executado, no prazo de 10 (dez) dias contados da data de sua emissão, constando em seu corpo o número do empenho correspondente, número da Autorização de Fornecimento (AF) ou Ordem de Serviço (OS), bem como a indicação da Secretaria requisitante, conforme Instrução Normativa 01/2021, da Controladoria Geral do Município acompanhadas dos comprovantes de recebimento provisório dos produtos.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4. A homologação do resultado destalicitação não implicará direito à contratação.

15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90049/2026

licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico (www.guaruja.sp.gov.br).

15.11. Todos os atos relativos a esta licitação serão publicados no Diário Oficial da Cidade bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

15.12. As despesas decorrentes desta aquisição correrão por conta recursos consignados no orçamento vigente, conforme segue:

Órgão:

06.01 Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Inovação

07.01 / 07.02 Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social

11.01 Secretaria Municipal de Assuntos Portuários e Aeroportuários

12.01 Secretaria Municipal de Educação

13.01 Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude

15.01 Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Segurança Climática

27.01 Secretaria Municipal de Operações Urbanas

Elemento de Despesa:

3.3.90.30.00

4.4.90.52.00

Origem dos Recursos:

01 – Tesouro

15.13. As condições de entrega estarão definidas no Anexo V.

15.13.1. O objeto da licitação será devolvido na hipótese de não corresponder às especificações contidas no Anexo V, deste Edital, devendo ser substituído no prazo máximo de **48 (quarenta e oito) horas**, sujeitando-se às penalidades previstas no instrumento convocatório e legislação pertinente.

15.14. A licitante vencedora deverá comunicar à Administração toda e qualquer alteração nos dados



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90049/2026

cadastrais, para atualização, devendo manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

16. ANEXOS

Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Planilha de Preços Referenciais;

ANEXO II – Modelo de Proposta Comercial;

ANEXO III – Modelo da Ata de Registro de Preços;

ANEXO IV – Modelo da Autorização de Fornecimento;

ANEXO V – Termo de Referência.

Guarujá, 26 de Maio de 2026.

**MOHAMAD ALI ABDUL RAHIM
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

ANEXO I

PLANILHA DE PREÇOS REFERENCIAIS

GRUPO 01 – VENTILADORES						
ITEM	QTDE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	CÓDIGO
1	584	UND	VENTILADOR DE PAREDE 40 CM	R\$ 311,03	R\$ 181.641,52	445456
2	631	UND	VENTILADOR DE PAREDE 60 CM	R\$ 319,82	R\$ 201.806,42	445459
Valor Total Grupo 01 R\$ 383.447,94 (Trezentos e oitenta e três mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e noventa e quatro centavos)						

GRUPO 02 – SERVIÇO DE INSTALAÇÃO						
ITEM	QTDE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	CÓDIGO
1	550	SERVIÇO	INSTALAÇÃO VENTILADOR DE PAREDE 40 CM	R\$ 362,93	R\$ 199.611,50	21806
2	560	SERVIÇO	INSTALAÇÃO VENTILADOR DE PAREDE 60 CM	R\$ 362,93	R\$ 203.240,80	21806
Valor Total Grupo 02 R\$ 402.852,30 (Quatrocentos e dois mil oitocentos e cinquenta e dois reais e trinta centavos)						

VALOR GLOBAL R\$ 786.300,24 (Setecentos e oitena e seis mil trezentos reais e vinte e quatro centavos)						
--	--	--	--	--	--	--

Valor Estimado Global: R\$ 786.300,24 (Setecentos e oitena e seis mil trezentos reais e vinte e quatro centavos)

- Os licitantes ficam cientes de que, para efeito de processamento da licitação em ambiente eletrônico, foi adotado o item mais semelhante ao descrito no Termo de Referência (Anexo V). Havendo divergência no descritivo do objeto licitado constante no código cadastrado e o descritivo constante no Termo de Referência (Anexo V), PREVALECERÁ o descritivo constante no Termo de Referência (Anexo V).
- A licitante deve atentar para a descrição do objeto constante do edital e seus anexos.
- Critério de Julgamento: MENOR PREÇO POR GRUPO.

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

GRUPO 01 – VENTILADORES							
ITEM	QTDE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	CÓDIGO	MARCA E/OU FABRIC	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	584	UND	VENTILADOR DE PAREDE 40 CM	445456			
2	631	UND	VENTILADOR DE PAREDE 60 CM	445459			
Valor Total Grupo 01 R\$ 0,00 (extenso)							

GRUPO 02 – SERVIÇO DE INSTALAÇÃO						
ITEM	QTDE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	CÓDIGO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	550	SERVIÇO	VENTILADOR DE PAREDE 40 CM	21806		
2	560	SERVIÇO	VENTILADOR DE PAREDE 60 CM	21806		

VALOR GLOBAL	
--------------	--

Havendo divergência no descritivo licitado constante no código cadastrado e o descritivo constante no Termo de Referência (Anexo V) **PREVALECERÁ** o descritivo constante no Termo de Referência (Anexo V).

A licitante deve atentar para a descrição do objeto constante do edital e seus anexos.

O sistema **COMPRAS.GOV** é utilizado somente para realizar o procedimento licitatório eletrônico.

A apresentação da proposta Comercial vincula a aceitação das condições abaixo:

1. Condições de entrega: Conforme Anexo V do Edital;

2. Condições de pagamento: conforme item 14 do Edital;
3. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
4. O e-mail fornecido para o envio das Autorizações de Fornecimento deverá estar sempre atualizado;
5. Será considerado como recebido o e-mail de Autorização de Fornecimento após 48 horas da data de seu envio, quando não ocorrer a confirmação de recebimento da Autorização de Fornecimento enviada, para todos os fins legais.

Nome do Banco:

Número do Banco:

Nome da Agência:

Número da agência:

Conta Corrente:

Declaro expressamente que estou ciente e de acordo com todas as condições estabelecidas no presente Edital e em seus Anexos, e que todos os itens cotados estão de acordo com o especificado no **Anexo V** do Edital, ressaltando que em seus preços estão inclusas as despesas diretas e indiretas decorrentes da contratação.

Local e Data

Assinatura do Representante Legal da Empresa

NOME/RG/CPF/CARGO/CARIMBO CNPJ



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90049/2026

ANEXO III

Modelo da Ata de Registro de Preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º/2026

REGISTRO DE PREÇOS QUE ENTRE SI FAZEM O
MUNICÍPIO DE GUARUJÁ E A EMPRESA **XXXXXXX**,
PARA AQUISIÇÃO _____.

O **MUNICÍPIO DE GUARUJÁ**, com sede na Avenida Santos Dumont, 800 – Santo Antônio, na cidade de Guarujá, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 44.959.021/0001-04, neste ato representado pelo(a) **SECRETÁRIO(A) MUNICIPAL DE _____ Sr(a) _____**, (*nacionalidade, estado civil, profissão*), portador(a) do RG nº _____ e inscrito no CPF sob o nº _____, devidamente autorizado pelo Sr. Prefeito Municipal nos termos do decreto nº 16.547 de 23/01/2025, a seguir nomeada tão somente **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa _____ com sede _____, (bairro, cidade, Estado) CEP: _____, inscrita no CNPJ sob nº. _____, neste ato representado(a) por _____, (*nacionalidade, estado civil, profissão*), portador(a) do RG nº. _____ e do CPF nº. _____ doravante nomeada apenas **CONTRATADA**, considerando o julgamento do **Pregão Eletrônico 49/2026**, para REGISTRO DE PREÇOS, publicada no Diário Oficial do Município de Guarujá de/...../202....., **Processo Administrativo nº 8429/2026**, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, atendendo as condições previstas no **Edital de licitação**, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal n.º 15.833, de 17 de novembro de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS _____**, conforme especificações no Termo de Referência vinculado ao Processo Administrativo nº ____/____ sendo parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados e homologados.

Parágrafo único: O objeto do presente ajuste deverá atingir o fim a que se destina, com eficácia e qualidade requeridas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ
ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS
Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90049/2026

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

Parágrafo único - Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

3. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

3.1. As despesas decorrentes desta ata, objeto desta licitação, correrão à conta dos recursos consignados no orçamento vigente, cujo elemento de despesa específico constará da respectiva Nota de Empenho correspondente a Unidade Administrativa Requisitante, conforme segue:

- **Órgão:**

06.01 Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Inovação

07.01 / 07.02 Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social

11.01 Secretaria Municipal de Assuntos Portuários e Aeroportuários

12.01 Secretaria Municipal de Educação

13.01 Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude

15.01 Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Segurança Climática

27.01 Secretaria Municipal de Operações Urbanas

- **Elemento de despesa:**

3.3.90.30.00

4.4.90.52.00

- **Origem dos Recursos:**

01 – Tesouro



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90049/2026

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Fica vedada a adesão à presente Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes externos à Administração Municipal.

4.2. A utilização da presente Ata de Registro de Preços pelos órgãos da Administração Direta e Indireta do Município poderá ocorrer mediante apostilamento, desde que devidamente comprovada a vantajosidade da utilização, nos termos do art. 58 do Decreto Municipal nº 15.833/2023.

Parágrafo único: Para fins desta Ata, entende-se como Administração Direta as Secretarias Municipais e órgãos equiparados.

Vedação a acréscimo de quantitativos e subcontratação

4.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

4.4. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato de corrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90049/2026

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital*; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90049/2026

item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90049/2026

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90049/2026

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 15.833/2023; ou

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1. Por razão de interesse público;

8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90049/2026

8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigo 56 do Decreto nº 15.833/2023.

9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital*.

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 40º, inc. IX, do Decreto nº 15.833/2023).

9.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO *AO EDITAL*.

10.2. *No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.*

10.3. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em () vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).*

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ
ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS
Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90049/2026

ANEXO III.A
CADASTRO DE RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ
ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS
Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90049/2026

ANEXO IV

Modelo da Autorização de Fornecimento

MUNICÍPIO DE GUARUJÁ

AV. SANTOS DUMONT, 800 – SANTO ANTONIO

C.N.P.J. 44.959.021/0001-04

TELEFONE (13) 3308-7000 – FAX (13) 33087018

DATA

PÁGINA X

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO/SERVIÇOSAF-N XXXXXX/XXXX

FORNECEDOR: XXXXXXXXXXXXXXXX

CNPJ: XXXXXXXXXXXXX

TELEFONE: XXXXXXXX

ENDEREÇO: XXXXXXXXXXXXXXXX

CIDADE: XXXXXXXXXXXX

ESTADO: XXXXXXXX

FAX: XXXXXXXX

BAIRRO: XXXXXXXXXXXXXXXX

ITEM	QTD	DESCRIÇÃO DO OBJETO	R.M.	VL UNIT	VL TOTAL
XXX	XXXXX	XXXXXXX	XXXXX	XXXXXX	XXXXXXXX

DESTINO:

VALOR TOTAL DO PEDIDO - XXXXXXXX

ÓRGÃO:

CONDIÇÃO DE PAGAMENTO:

PRAZO DE ENTREGA:

OBSERVAÇÕES:

DIVISÃO DE COMPRAS

OBS.: - PELO NÃO CUMPRIMENTO DAS ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES NESTA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, FICAM V.S.^a, SUJEITOS AS SANÇÕES PREVISTAS NA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021 E EDITAL;
- O NÚMERO DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO DEVERÁ CONSTAR EM SUA NOTA FISCAL;
- OS PRODUTOS/SERVIÇOS QUE NÃO ESTIVEREM DE ACORDO COM ESTE PEDIDO, DEVERÃO SER REFEITOS.
- ESSA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO VINCULA-SE A TODAS AS NORMAS PREVISTAS EM EDITAL E RESPECTIVOS ANEXOS.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO


SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90049/2026

ANEXO V

TERMO DE REFERÊNCIA

 <p>GUARUJÁ PREFEITURA MUNICIPAL</p>	<p align="center">Município de Guarujá Estado de São Paulo Secretaria Municipal da Educação</p> <p align="center">TERMO DE REFERÊNCIA</p>	Edição:	01
		Data:	16/04/26
		Revisão:	01
		Página:	1 de 60

1 – OBJETO

Estudo Técnico para aquisição e instalação (com start-up) de ventiladores de parede, com diâmetro de 40 cm e 60 cm, com entrega ponto a ponto SEDUC, para atendimento das unidades da Secretaria de Educação, Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Portuário, Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social, Secretaria de Esporte e Lazer, Secretaria de Administração, Secretaria de Operações Urbanas, Secretaria de Meio Ambiente.

MODALIDADE: Pregão Eletrônico

TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço por grupo

FORMA DE CONTRATAÇÃO: Ata de Registro de Preços


MODO DE DISPUTA: Aberta

NATUREZA DO OBJETO: Permanente / Prestação de serviço

2. DA NECESSIDADE DE JUSTIFICAÇÃO

A aquisição de bens e serviços pela Administração Pública deve ser devidamente justificada com base nos princípios gerais do direito, nas disposições legais e nas normativas que regem as licitações públicas.

O princípio da legalidade, previsto no artigo 37 da Constituição Federal, impõe à Administração a obrigação de agir conforme as normas vigentes, garantindo que toda despesa pública esteja devidamente fundamentada. O princípio da impessoalidade assegura que as aquisições sejam feitas com base em critérios objetivos, evitando favorecimentos indevidos. O princípio da moralidade exige que os atos administrativos sejam pautados pela ética e pela transparência. O princípio da publicidade determina que os processos licitatórios sejam amplamente divulgados para garantir o controle social e a fiscalização dos atos administrativos. Já o princípio da eficiência obriga a Administração a

	<p align="center">Município de Guarujá Estado de São Paulo Secretaria Municipal da Educação TERMO DE REFERÊNCIA</p>	Edição:	01
		Data:	16/04/26
		Revisão:	01
		Página:	2 de 60

buscar as melhores condições de contratação, garantindo o melhor custo-benefício para o interesse público.

Além dos princípios gerais, a Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos) estabelece a necessidade de justificativa detalhada para a aquisição de bens e serviços, especialmente nos artigos que tratam do planejamento da contratação e da fase preparatória do processo licitatório.

O artigo 18 da referida lei dispõe que a instrução do processo deve conter a caracterização da necessidade da contratação, demonstrando sua compatibilidade com o interesse público e a viabilidade técnica e econômica da solução pretendida.

A exigência de justificativa também decorre das normativas do Tribunal de Contas da União (TCU) e dos órgãos de controle interno, que determinam a necessidade de fundamentação técnica e econômica para qualquer aquisição. Essa justificativa deve evidenciar a necessidade da contratação, a compatibilidade do objeto com o planejamento da Administração e a escolha da solução mais vantajosa para o interesse público.


Bem assim, o disposto no Decreto Municipal N.º 15.833/2023 , que Regulamenta a Lei Federal n.º 14.133, de 1.º de abril de 2021:

Art. 9.º O plano de contratações anual será elaborado pelo Setor de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos, por ato próprio conforme as regras estabelecidas no Decreto n.º 15.684 de 25 de Agosto de 2023, ou norma que vier lhe a suceder.

Art. 10. As licitações deverão ser realizadas sob a forma eletrônica.

§ 3.º Nas licitações processadas eletronicamente, serão observadas as regras próprias do sistema eletrônico utilizado, que deverão constar expressamente no edital.

O renomado jurista Celso Antônio Bandeira de Mello afirma que *"a motivação do ato administrativo é um dever da Administração e um direito do administrado. A ausência de justificativa compromete a validade e a moralidade do ato"* (Curso de Direito Administrativo, 2020).

	<p align="center">Município de Guarujá Estado de São Paulo Secretaria Municipal da Educação TERMO DE REFERÊNCIA</p>	Edição:	01
		Data:	16/04/26
		Revisão:	01
		Página:	3 de 60

Por derradeiro, ressalte-se que no âmbito do Tribunal de Contas da União – TCU, a ausência de fundamentação adequada tem sido constantemente reprimida.

Neste sentido, os Acórdãos nº 2.331/05 - 2ª Câmara, nº 1.934/06 – 1ª Câmara e nº 2.222/06 – 1ª Câmara, e a Decisão nº 4.551/03.

Dessa forma:

Considerando o disposto no artigo 2.º da Lei 9784/1999;

Considerando o disposto no artigo 8.º do Decreto Municipal 7.731/2006;

Considerando as demais normas jurídicas e a jurisprudência aplicáveis;

Procede-se às seguintes justificativas:

2.1. DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO


A presente compra visa garantir um ambiente escolar adequado e confortável para os alunos e profissionais da educação, assim como outros próprios públicos contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino e do bem-estar dos estudantes, funcionários e a população que frequenta os vários próprios públicos.

- Aprimorar o conforto térmico em , pátios e áreas de uso coletivo das unidades escolares , e demais próprios da Prefeitura, contribuindo para melhor concentração, permanência e redução de estresse térmico.
- Padronizar o parque de equipamentos, facilitando manutenção, reposição de peças e capacitação dos servidores.
- Ganhos de eficiência energética em relação a alternativas como ar-condicionado em ambientes abertos ou semi abertos .

2. 2 JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.2.1 SEDUC

aquisição e instalação de ventiladores de parede

	<p align="center">Município de Guarujá Estado de São Paulo Secretaria Municipal da Educação TERMO DE REFERÊNCIA</p>	Edição:	01
		Data:	16/04/26
		Revisão:	01
		Página:	4 de 60


A Administração Pública tem o dever legal de garantir condições adequadas de infraestrutura escolar, em conformidade com o direito fundamental à educação (art. 6º e art. 205 da Constituição Federal), o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/1996). Estes dispositivos asseguram que os alunos tenham acesso a um ambiente seguro, salubre, arejado e propício ao processo de ensino-aprendizagem.

Além disso, diretrizes do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) e recomendações da ANVISA reforçam a necessidade de que as escolas públicas mantenham ambientes ventilados, iluminados e com conforto térmico adequado, como parte integrante da promoção da saúde escolar.

Estudos científicos comprovam que a climatização adequada de salas de aula está diretamente relacionada ao desempenho dos estudantes. Pesquisas internacionais demonstram que temperaturas elevadas reduzem a concentração e pioram os resultados de testes escolares (*Wargocki & Wyon, 2013; SitelogIQ, 2022*). Uma meta-análise de 18 estudos mostrou que salas climatizadas dentro da faixa de conforto promovem melhor aprendizado e maior permanência dos alunos em atividades cognitivas (*Mumovic et al., 2019*). No Brasil, trabalhos acadêmicos em universidades públicas têm apontado que o desconforto térmico em salas de aula compromete o rendimento, aumenta a fadiga e prejudica a atenção (*UNICAMP, 2020; RBCLima, 2022*).

Dessa forma, a aquisição e instalação de ventiladores de parede justifica-se não apenas pela melhora imediata do conforto térmico, mas também pelo atendimento à obrigação legal e pedagógica de oferecer um ambiente escolar de qualidade, que favoreça a aprendizagem e proteja a saúde dos alunos e profissionais da educação.

A ausência de climatização adequada pode impactar negativamente o desempenho dos alunos, causando desconforto, irritabilidade, fadiga e dificuldade de concentração, comprometendo diretamente o rendimento escolar como dos profissionais da educação .

 <p>GUARUJÁ PREFEITURA MUNICIPAL</p>	<p align="center">Município de Guarujá Estado de São Paulo Secretaria Municipal da Educação</p> <p align="center">TERMO DE REFERÊNCIA</p>	Edição:	01
		Data:	16/04/26
		Revisão:	01
		Página:	5 de 60

2.2.2 SEDEP , SEDEAS, SEL , ADM , SEURB e SEMAM


O objeto ora pleiteado é de fundamental importância para garantir um ambiente salubre e agradável para munícipes e servidores municipais de qualquer área de atuação. Os equipamentos descritos neste TR, atenderão a demanda das secretarias participantes deste certame de acordo com modelos e quantidade de equipamentos constantes nas requisições de cada secretaria. A medida visa atender à demanda crescente por adequação climática em diversos prédios públicos municipais, como de repartições administrativas, centros de atendimento ao cidadão e demais espaços que, por suas características de uso contínuo e elevada circulação de pessoas, necessitam de condições ambientais adequadas para o bom desempenho das atividades, bem como para garantir conforto e bem-estar aos servidores e à população atendida .

2.3 DA NÃO RESERVA DE COTA PARA MEI, ME E EPP

Em que pese o inciso III, art. 48 da Lei 123/06 determinar a obrigatoriedade de estabelecer cota de até 25% do objeto para a contratação de MEI/ME/EPP, esclarecemos que, para o procedimento que origina a licitação em tela, pelos motivos abaixo expostos, torna-se inviável a aplicação do referido artigo da Lei.

Citando a Lei Complementar 123/2006 com as alterações da Lei Complementar 147/2014 em seu artigo 49º, inciso III, transcrito a seguir, entendemos que exista um prejuízo para o conjunto, caso se fracione a licitação, tendo em vista o objetivo maior deste certame, cabe aqui esclarecer que nosso entendimento é de participação para todos, independentemente do seu enquadramento, desde que seja para o item licitado como um todo.

aquisição e instalação de ventiladores de parede

	<p align="center">Município de Guarujá Estado de São Paulo Secretaria Municipal da Educação TERMO DE REFERÊNCIA</p>	Edição:	01
		Data:	16/04/26
		Revisão:	01
		Página:	6 de 60

“Art. 49. Não se aplica o disposto nos artigos 47 e 48 desta Lei Complementar quando:


III – o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado...”

Cabe consignar, que existem pontos experimentados e desfavoráveis a esse nicho de mercado dos processos licitatórios, sendo eles: - a delonga em revalidação de preços no processo de homologação, pela possível falta de estrutura de atendimento administrativo da microempresa; - os repetidos pedidos de prorrogação de prazo de entrega de produto, deixando o município na iminência de faltas; a entrega do produto com marcas diferentes ; a entrega do produto feita em prazos diferentes - alterações de razões sociais de empresas pequenas para as já licitantes caracterizadas como médias e grandes empresas.

Por todo o exposto, salientamos que todos os dispositivos da lei de licitações ou mesmo as definições do específico processo licitatório devem e foram interpretados à luz do princípio da isonomia e da competitividade, o qual, não objetiva a proibição de qualquer participante, pois essa irá ocorrer naturalmente com a seleção da proposta mais vantajosa à administração pública; apenas utilizou-se dos requisitos mínimos para garantir a execução do contrato da forma mais apropriada e segura para o cumprimento do objeto em questão.

No presente certame, considerando o objeto licitado – aquisição de climatizadores de parede com névoa para todas as unidades escolares da rede municipal e demais próprios da Seduc – conclui-se que a aplicação da cota não é vantajosa, pelos seguintes fundamentos:

a) Unicidade e padronização do objeto : a contratação deve atender de forma uniforme a 75 unidades de responsabilidade da Seduc, exigindo padronização técnica, de qualidade e de marca. O fracionamento do objeto para reserva de cotas comprometeria a padronização necessária à funcionalidade e manutenção dos equipamentos.

	<p align="center">Município de Guarujá Estado de São Paulo Secretaria Municipal da Educação TERMO DE REFERÊNCIA</p>	Edição:	01
		Data:	16/04/26
		Revisão:	01
		Página:	7 de 60

b) Risco de descontinuidade contratual : experiências anteriores no Município demonstraram dificuldades na execução quando houve reserva de cota para ME/EPP, tais como:

- atrasos na entrega;
- pedidos de prorrogação de prazos;
- fornecimento de produtos com especificações ou marcas distintas;


c) Cabe destacar ainda que esta aquisição é considerada inovadora na rede municipal de ensino, representando um marco na melhoria da infraestrutura escolar. A meta definida pela Secretaria de Educação é garantir a compra e a instalação dos equipamentos em todas as unidades escolares já a partir do verão 2025/2026, assegurando que alunos e profissionais usufruam de ambientes climatizados em período crítico de calor. Essa diretriz reforça o caráter estratégico e imediato da contratação.

d) Previsão legal : o artigo 49, inciso III, da LC nº 123/2006, com redação dada pela LC nº 147/2014, autoriza expressamente a não aplicação da cota quando houver prejuízo ao conjunto do objeto. A Lei nº 14.133/2021, em seus artigos 11 e 12, reforça o princípio da isonomia e da busca pela proposta mais vantajosa, os quais devem orientar a decisão administrativa.

e) Jurisprudência : o Tribunal de Contas da União (TCU) já se manifestou no sentido de que a reserva de cota para ME/EPP não pode comprometer a eficiência e a economicidade do certame (Acórdão TCU nº 1.214/2013 – Plenário; Acórdão nº 2.193/2015 – Plenário). Assim, a Administração pode justificar a não aplicação da cota quando demonstrada a inviabilidade ou prejuízo para o interesse público.

2.4 DA OPÇÃO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

O Sistema de Registro de Preço é uma ferramenta que simplifica e otimiza os processos de licitação para a Administração Pública. Entre as várias vantagens, podemos aquisição e instalação de ventiladores de parede

	<p align="center">Município de Guarujá Estado de São Paulo Secretaria Municipal da Educação TERMO DE REFERÊNCIA</p>	Edição:	01
		Data:	16/04/26
		Revisão:	01
		Página:	8 de 60

citar o aperfeiçoamento dos mecanismos de planejamento, o aumento na eficiência administrativa, a redução do número de licitações redundantes, a rapidez na contratação e a total liberdade para o órgão público – que pode ou não efetuar a aquisição. Os processos licitatórios representam custos financeiros muito altos para a administração, sem contar que a burocracia no rito processual eleva o prazo de conclusão de um certame licitatório. Com a utilização do Registro de Preço, os órgãos públicos realizam somente um processo licitatório que pode atender as demandas pelo período de 12 meses.

Outras Vantagens:

I – Não compromete recursos financeiros, pois somente haverá a necessidade de disponibilizar o valor registrado no momento da aquisição;

II – Formação de estoques virtuais, sem a necessidade de possuir um lugar adequado para o depósito dos produtos. O órgão público não despende recursos com a construção e manutenção de um depósito central, pois cada vez que há necessidade de algum produto, basta solicitar a empresa detentora da Ata de Registro de Preço para entregar no local estabelecido nas cláusulas;


III – Como a administração pública, muitas vezes não consegue mensurar a quantidade exata de produtos que vai utilizar, pode, em processos tradicionais, comprar a mais ou a menos. Ao contrário, se utilizar o SRP as aquisições serão realizadas de acordo com a necessidade;

IV – Atendimento às demandas imprevisíveis;

V – Maior possibilidade de participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, em virtude da entrega ou fornecimento do bem ocorrer de forma parcelada.

A opção pelo pregão eletrônico para formação de Ata de Registro de Preços fundamenta-se no artigo 39 do Decreto Municipal nº 15.833/2023, que prevê o uso do sistema “quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas”.

No presente caso, embora haja definição clara do quantitativo de unidades escolares, e próprios da Prefeitura, a Administração entende ser mais vantajoso realizar as aquisição e instalação de ventiladores de parede

	<p align="center">Município de Guarujá Estado de São Paulo Secretaria Municipal da Educação TERMO DE REFERÊNCIA</p>	Edição:	01
		Data:	16/04/26
		Revisão:	01
		Página:	9 de 60


aquisições de forma gradual, pelos seguintes motivos:

- a) Controle da Implantação Gradual : As aquisições iniciarão pelas Unidades de Fund. I e II, possibilitando acompanhar minuciosamente a instalação, avaliar a funcionalidade do equipamento, antes da expansão para todas as demais escolas e os outros próprios da Prefeitura .
- b) Unidades Escolares em Reforma : Parte das unidades encontra-se em obras de grande monta, impossibilitando a instalação imediata dos ventiladores. O registro de preços permite aguardar a conclusão dessas intervenções estruturais para, então, realizar a aquisição e instalação, evitando riscos de danos, retrabalho ou desperdício de recursos públicos.
- c) Flexibilidade Orçamentária : O uso do SRP proporciona adequação às disponibilidades orçamentárias e financeiras, permitindo que as aquisições sejam compatíveis com as prioridades e limites do exercício.
- e) Aderência à Legislação : O artigo 39, inciso III, do Decreto Municipal nº 15.833/2023 encontra-se em perfeita sintonia com o artigo 82 da Lei Federal nº 14.133/2021, que reconhece o SRP como procedimento auxiliar voltado à economicidade e eficiência. O caso em análise se enquadra, portanto, nas hipóteses legais de utilização do sistema.

2.5 DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Em atendimento ao artigo 6º, inciso XXIII da Lei Nº 14.133/2021 a fundamentação da presente contratação faz referência ao estudo técnico preliminar devidamente acostado ao processo administrativo digital.

Há previsão para a pretendida contratação no PCA – Plano de Compras Anual, conforme poder ser consultado em <https://www.guaruja.sp.gov.br/plataforma/wp-content/uploads/2026/01/PCA-2026-TOTAL.pdf>

 <p>GUARUJÁ PREFEITURA MUNICIPAL</p>	<p align="center">Município de Guarujá Estado de São Paulo Secretaria Municipal da Educação TERMO DE REFERÊNCIA</p>	Edição:	01
		Data:	16/04/26
		Revisão:	01
		Página:	10 de 60

2.6 SOBRE A JUSTIFICATIVA DO OBJETO PERTENCER À CLASSE NATUREZA COMUM

Na concepção de Marçal Justen Filho, “bem ou serviço comum é aquele que se apresenta sob identidade e características padronizadas e que se encontra disponível, a qualquer tempo, num mercado próprio” (Pregão – Comentários à Legislação do Pregão Comum e Eletrônico. Editora Dialética, São Paulo, 2005, pág. 30) .

Justifica-se que o objeto pertence à classe Natureza Comum, pois é o mais adequado para este tipo de serviço, abrange aquisição cujos padrões de desempenho são objetivamente definidos em edital por meio de especificações usuais no mercado.


2.7 SOBRE O DESCRITIVO E CÓDIGO COMPRAS.GOV

Utilizou-se como parâmetro, os códigos e unidades de medidas descritas pelo compras.gov, havendo assim, objetos idênticos ou análogos aos apresentados neste sítio eletrônico. Contudo, havendo divergência no descritivo do objeto licitado constante no código do compras.gov e descritivo constante no termo de referência, prevalecerá o descritivo especificado no termo de referência.

2.8 SOBRE A JUSTIFICATIVA DE MENOR PREÇO POR GRUPO

A decisão de parcelar o objeto em dois grupos distintos — grupo 1 (Aquisição dos equipamentos) e grupo 2 (Instalação e Start-Up) — está fundamentada no art. 40, inciso V, alínea “b” da Lei nº 14.133/2021, que dispõe expressamente que o parcelamento deve ser adotado sempre que técnica e economicamente viável, com o objetivo de ampliar a

aquisição e instalação de ventiladores de parede

	<p align="center">Município de Guarujá Estado de São Paulo Secretaria Municipal da Educação TERMO DE REFERÊNCIA</p>	Edição:	01
		Data:	16/04/26
		Revisão:	01
		Página:	11 de 60

competitividade, promover a isonomia entre os licitantes e assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Também se fundamenta nos princípios previstos no art. 5º da Lei 14.133/2021, especialmente os princípios da competitividade, planejamento, eficiência e isonomia, além do art. 37, XXI, da Constituição Federal, que obriga a Administração a promover contratações com ampla competitividade.

No presente caso, o parcelamento apresenta vantagens técnicas, jurídicas e estratégicas, destacando-se:

a) Redução de impugnações e litígios administrativos

Quando a instalação é vinculada obrigatoriamente ao mesmo fornecedor do equipamento, diversos licitantes — especialmente distribuidores e revendedores que não possuem estrutura própria de instalação — tendem a apresentar impugnações, questionamentos, recursos e pedidos de esclarecimento, alegando restrição competitiva.

Ao separar os itens, a Administração elimina tais conflitos, evita atrasos no certame, reduz riscos de suspensão e garante maior segurança jurídica ao processo licitatório.

b) Ampliação efetiva da competitividade

A divisão do objeto permite a participação de dois grupos distintos de fornecedores: Fabricantes e distribuidores (grupo 1 – Equipamento), sem exigir qualificação técnica que não faz parte de sua atividade;


Empresas instaladoras especializadas (grupo 2 – Instalação), que apresentam atestados específicos e equipe técnica habilitada.

Esse modelo amplia significativamente o número de participantes habilitados, reduzindo o risco de compra fracassada.

c) Adequação técnica do objeto

A instalação dos ventiladores envolve procedimentos especializados (fixação em altura, testes elétricos, observância às NR-10 e NR-35). Exigir que o fornecedor do equipamento execute essa etapa pode gerar restrição indevida.

O parcelamento permite que cada empresa concorra naquilo que efetivamente

	<p align="center">Município de Guarujá Estado de São Paulo Secretaria Municipal da Educação TERMO DE REFERÊNCIA</p>	Edição:	01
		Data:	16/04/26
		Revisão:	01
		Página:	12 de 60

domina, garantindo execução tecnicamente adequada.

d) Maior controle da Administração e melhor execução

A separação permite:

Controle individualizado das responsabilidades;

Substituição contratual mais simples se houver falhas na execução do serviço;

Planejamento escalonado e coordenado entre entrega e instalação;

Fiscalização mais precisa.

e) Maior economicidade

Com o parcelamento, cada empresa apresenta preço em sua área de especialidade, permitindo:

Redução de custos;


Melhor estimativa da instalação;

Preços mais competitivos no somatório final.

O parcelamento é reforçado ainda pelo art. 40, inciso V, alínea “b” da Lei nº 14.133/2021, que determina que a Administração deve considerar, na definição do objeto, a possibilidade de divisão em parcelas visando ampliar a competitividade e possibilitar a contratação de empresas que atuam em diferentes especialidades — exatamente o caso desta contratação, em que o fornecimento do equipamento e a instalação exigem competências distintas.


O parcelamento é técnica, jurídica e economicamente vantajoso, promove competitividade, reduz impugnações, aprimora o controle administrativo e garante execução segura e eficiente — plenamente alinhado ao art. 40, inciso V, alínea “b” da Lei nº 14.133/2021, ao art. 5º da mesma lei e ao art. 37, XXI da Constituição Federal.

3 - DESCRIÇÃO


 GUARUJÁ PREFEITURA MUNICIPAL	Município de Guarujá Estado de São Paulo Secretaria Municipal da Educação TERMO DE REFERÊNCIA	Edição:	01
		Data:	16/04/26
		Revisão:	01
		Página:	13 de 60

GRUPO 1 : AQUISIÇÃO DE VENTILADORES

Item	nome	Quant	unidade de medida	DESCRIÇÃO
1	VENTILADOR DE PAREDE DE 40CM valor : R\$ 163,14 (GOVPLAN) N)	584 SEDUC : 550 (entrega ponto a ponto) SEDEP : 08 SEDEAS : 11 SEL : 10 ADM : 01 SEURB : 00 SEMAM : 04	UN	a) Diâmetro da grade 40 cm ; b) Hélice composta por, no mínimo, 03 (três) pás e proporcional. c) Potência mínima de 140 W; d) Rotação mínima de 1.400 RPM;. e) Vazão de ar $\approx 9.000 \text{ m}^3/\text{h}$; f) Oscilação horizontal $\geq 90^\circ$ e ajuste de inclinação. g) Nível de ruído compatível com uso escolar ($\approx 57\text{--}64 \text{ dB}$). h) Tensão : bivolt . i) Base de fixação a parede em material resistente (como aço carbono ou nylon) j) Estrutura com grade metálica de proteção, garantindo segurança aos usuários. k) Grau de proteção IP compatível; materiais anticorrosivos nas partes expostas. l) pintura eletrostática

 GUARUJÁ PREFEITURA MUNICIPAL	Município de Guarujá Estado de São Paulo Secretaria Municipal da Educação TERMO DE REFERÊNCIA	Edição:	01
		Data:	16/04/26
		Revisão:	01
		Página:	14 de 60

				m) Garantia mínima 12 meses; assistência técnica e catálogo de peças. Etiqueta/Manual em português; atendimento à ABNT/INMETRO pertinentes. compras.gov : 445456 (similar)
2	VENTILADOR DE PAREDE DE 60CM valor : R\$ 175,90 (GOVPLANN)	631 SEDUC : 550 (entrega ponto a ponto) SEDEP : 02 SEDEAS : 21 SEL : 10 ADM : 10 SEURB : 30 SEMAM : 08	UN	a) Diâmetro da grade 60 cm ; b) Hélice composta por, no mínimo, 03 (três) pás e proporcional. c) Potência mínima de 140 W; d) Rotação mínima de 1.400 RPM;. e) Vazão de ar $\approx 9.000 \text{ m}^3/\text{h}$; f) Oscilação horizontal $\geq 90^\circ$ e ajuste de inclinação. g) Nível de ruído compatível com uso escolar ($\approx 57\text{--}64 \text{ dB}$). h) Tensão : bivolt . i) Base de fixação à parede em material resistente (como aço carbono ou nylon) j) Estrutura com grade metálica de proteção, garantindo segurança aos usuários. k) Grau de proteção IP compatível; materiais anticorrosivos nas partes


 GUARUJÁ PREFEITURA MUNICIPAL	Município de Guarujá Estado de São Paulo Secretaria Municipal da Educação TERMO DE REFERÊNCIA	Edição:	01
		Data:	16/04/26
		Revisão:	01
		Página:	15 de 60

	expostas. l) pintura eletrostática m) Garantia mínima 12 meses; assistência técnica e catálogo de peças. Etiqueta/Manual em português; atendimento à ABNT/INMETRO pertinentes. compras.gov : 445459
--	---

GRUPO 2 : INSTALAÇÃO DE VENTILADORES

Item	nome	Quant	unidade de medida	DESCRIÇÃO
1	VENTILADOR DE PAREDE DE 40CM valor : R\$ 290,85 GOV PLAN	550 SEDUC : 550 SEDEP : 00 SEDEAS : 00 SEL : 00 ADM : 00 SEURB : 00 SEMAM : 00	serviço	Instalação de ventiladores de parede de 40cm. A empresa contratada será responsável por: fixação, parte elétrica, testes de funcionamento e orientações de uso. Treinamento básico de uso/rotina de limpeza para servidores designados. SLAs (Acordos de Nível de Serviço) para garantia e atendimento técnico (ex.: resposta em até 24 h e solução em até 5 dias úteis), suporte

aquisição e instalação de ventiladores de parede


 GUARUJÁ PREFEITURA MUNICIPAL	Município de Guarujá Estado de São Paulo Secretaria Municipal da Educação TERMO DE REFERÊNCIA	Edição:	01
		Data:	16/04/26
		Revisão:	01
		Página:	16 de 60

2	VENTILADOR 560 DE PAREDE SEDUC : 550 DE 60CM SEDEP : 00 valor : SEDEAS : 00 R\$ 294,00 SEL : 10 GOV PLAN ADM : 00 SEURB : 00 SEMAM : 00	serviço	remoto. compras.gov : 21806
			Instalação de ventiladores de parede de 60cm. A empresa contratada será responsável por: fixação, parte elétrica, testes de funcionamento e orientações de uso. Treinamento básico de uso/rotina de limpeza para servidores designados. SLAs (Acordos de Nível de Serviço) para garantia e atendimento técnico (ex.: resposta em até 24 h e solução em até 5 dias úteis), suporte remoto. compras.gov : 21806

4 - FORMA DE ENTREGA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

4.1 FORMA DE ENTREGA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

Consiste na aquisição, por ARP, de ventiladores de parede oscilantes, acompanhada dos respectivos serviços de instalação, destinados às salas de aula das unidades escolares da rede municipal de ensino e demais próprios da Prefeitura. Trata-se de uma solução simples, eficiente e adequada à realidade das edificações escolares, voltada à melhoria da circulação de ar e do conforto térmico nos aquisição e instalação de ventiladores de parede

	<p align="center">Município de Guarujá Estado de São Paulo Secretaria Municipal da Educação TERMO DE REFERÊNCIA</p>	Edição:	01
		Data:	16/04/26
		Revisão:	01
		Página:	17 de 60

ambientes de ensino.

Os ventiladores de parede foram selecionados por apresentarem fácil instalação, baixo consumo energético, manutenção simplificada e boa relação custo-benefício, sendo apropriados para uso contínuo em ambientes educacionais. A instalação dos equipamentos integra o objeto da contratação, assegurando a correta fixação, conexão elétrica e pleno funcionamento, em conformidade com as normas técnicas e de segurança vigentes.

A adoção dessa solução permite a melhoria das condições ambientais nas salas de aula sem a necessidade de intervenções estruturais complexas, garantindo maior agilidade na implementação, padronização dos equipamentos e eficiência na aplicação dos recursos públicos, atendendo às necessidades identificadas pela Secretaria Municipal de Educação e demais próprios públicos da Prefeitura .

A solução a ser contratada consiste na aquisição via ARP unitária para aquisição e instalação de ventiladores de parede de 40 e 60 cm, assegurando fornecimento padronizado, instalação adequada e plena funcionalidade em toda a rede municipal. A instalação será parte obrigatória do objeto contratado como grupo 2, contemplando fixação adequada dos equipamentos, ligação elétrica, testes de funcionamento e orientações de uso aos servidores responsáveis. O fornecedor vencedor do grupo 1 ficará integralmente responsável por fornecer, enquanto que o fornecedor do grupo 2, de instalar e entregar os equipamentos em perfeito funcionamento.


Fluxo da solução:

A) Fornecimento e entrega – fornecimento dos ventiladores de parede conforme especificações técnicas definidas no objeto da contratação.

B) Instalação (obrigatória) – fixação adequada dos equipamentos, ligação elétrica, testes de funcionamento e orientações básicas de uso aos servidores responsáveis.

C) Atendimento técnico/garantia – atendimento às ocorrências cobertas pela garantia, conforme prazos e condições estabelecidos pelo fornecedor.

aquisição e instalação de ventiladores de parede

	<p align="center">Município de Guarujá Estado de São Paulo Secretaria Municipal da Educação TERMO DE REFERÊNCIA</p>	Edição:	01
		Data:	16/04/26
		Revisão:	01
		Página:	18 de 60

D) Manutenção e assistência técnica – como requisito da contratação, será exigida a oferta de garantia mínima de 12 (doze) meses para o grupo 1 e garantia mínima de 90 (noventa) dias para o grupo 2 , assegurando a correção de eventuais defeitos de fabricação ou falhas de funcionamento.

Com isso, a Administração Pública garante:

Padronização dos equipamentos e da instalação em toda a rede, facilitando manutenção e reposição.

Segurança técnica, assegurando que todos os ventiladores sejam instalados corretamente.

Eficiência operacional, reduzindo o tempo de implantação.

Maior durabilidade e aproveitamento do investimento público.

4.2 RESPONSABILIDADE PELA INFRAESTRUTURA ELÉTRICA E CONDIÇÕES DE INSTALAÇÃO

Para fins de execução dos serviços previstos no Grupo 2 – Instalação e Start-Up dos ventiladores, ficam estabelecidas as seguintes responsabilidades entre a Administração e a empresa contratada:

4.2.1 Responsabilidade da Administração


A Secretaria Municipal de Educação será responsável por disponibilizar infraestrutura elétrica básica existente nas unidades, incluindo:

- pontos de energia elétrica já disponíveis nas dependências onde serão instalados os equipamentos;
- condições mínimas de alimentação elétrica compatíveis com o funcionamento dos ventiladores.

Eventuais adequações estruturais na rede elétrica predial, tais como:

- ampliação de carga elétrica;

aquisição e instalação de ventiladores de parede

	<p align="center">Município de Guarujá Estado de São Paulo Secretaria Municipal da Educação TERMO DE REFERÊNCIA</p>	Edição:	01
		Data:	16/04/26
		Revisão:	01
		Página:	19 de 60

- substituição de quadros de energia;
- instalação de novos circuitos elétricos estruturais;
- obras civis ou intervenções estruturais na edificação, não integram o objeto da presente contratação, sendo de responsabilidade exclusiva da Administração.

4.2.2 Responsabilidade da contratada – Grupo 2

A empresa contratada para o Grupo 2 – Instalação e Start-Up será responsável por: realizar a fixação adequada dos ventiladores nas paredes;

- executar as ligações elétricas necessárias a partir dos pontos de energia existentes, incluindo cabos, conectores e demais materiais necessários à instalação imediata do equipamento;
- realizar os testes de funcionamento após a instalação;
- assegurar a segurança da instalação, observando as normas técnicas aplicáveis.


A contratada deverá fornecer todos os materiais necessários à instalação direta do equipamento, tais como:

- suportes de fixação;
- parafusos e buchas;
- cabos elétricos de interligação;
- conectores e demais acessórios necessários à montagem.

4.2.3 Limites da instalação

Caso seja verificada, durante a execução dos serviços, a inexistência de ponto elétrico adequado no local indicado, a contratada deverá comunicar imediatamente a fiscalização da Administração para que sejam adotadas as providências necessárias.

Nessas hipóteses, a instalação do equipamento ficará condicionada à adequação

 GUARUJÁ PREFEITURA MUNICIPAL	Município de Guarujá Estado de São Paulo Secretaria Municipal da Educação TERMO DE REFERÊNCIA	Edição:	01
		Data:	16/04/26
		Revisão:	01
		Página:	20 de 60

da infraestrutura pela Administração, não caracterizando inadimplemento da contratada.

4.2.4 Segurança da instalação

Todos os serviços deverão ser executados em conformidade com:

- ABNT NBR 5410 – Instalações elétricas de baixa tensão;
- NR-10 – Segurança em instalações e serviços em eletricidade;
- demais normas técnicas e de segurança aplicáveis.

4.3 LOCAL DE ENTREGA PARA AS SECRETARIAS SEDEP, SEDEAS, SEL, ADM, SEURB E SEMAM :

Para fins de logística e recebimento, seguem abaixo o endereço e os horários de funcionamento do Almoxarifado Central:

Garagem Municipal de Guarujá Almoxarifado Central e Almoxarifado Seduc :

Av. Mário Daige, nº 1250 Bairro Jardim Boa Esperança

CEP 11470-062 – Guarujá/SP


Telefones: (13) 3035-2506 / 3035-2507 / 3035-2508 / 3387-4414

Horário para recebimento ou retirada de materiais:

Das 08h às 11h e das 14h às 16h (em dias úteis)


Observação: Para localização via GPS, utilizar: Garagem da Prefeitura Municipal de Guarujá .

4.4 LOCAL DE ENTREGA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA A SEDUC :


 GUARUJÁ PREFEITURA MUNICIPAL	Município de Guarujá Estado de São Paulo Secretaria Municipal da Educação TERMO DE REFERÊNCIA	Edição:	01
		Data:	16/04/26
		Revisão:	01
		Página:	21 de 60

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Secretaria Municipal de Educação Av. Santos Dumont, 640 - Santo Antônio Guarujá/SP CEP: 11.432-502 E-mail: seduc@guaruja.sp.gov.br Secretário: MOHAMAD ALI ABDUL RAHIM	3308-7770
Almoxarifado SEDUC Rua Manoel Hipólito do Rego, 271 - Jd. Boa Esperança Guarujá/SP CEP: 11.470-200 E-mail: infraestruturaseduc@guaruja.sp.gov.br Chefia: gerente José Carlos dos Reis	3384-5890
Casa do Educador "Prof. José Edmur Boteon" End.: Rua Washington 264 Vila Maia CENTRO Guarujá/SP CEP: 11410-150 E-mail: casadoeducador@guaruja.sp.gov.br Chefia: Thelma Lopes de Figueiredo	3386-4378 3386-4165
Centro de Capacitação "Prof. Carmine Felippelli" End: Rua Ceará, s/nº (esquina com a Rua Maranhão) - Jd. Santense Vicente de Carvalho - Guarujá/SP CEP: 11.450-400 E-mail: centrodecapacitacao@guaruja.sp.gov.br Chefia: Adriana Meyran	3342-7734 3342-6361
UNIDADES ESCOLARES MUNICIPAIS	
Ensino Fundamental	TELEFONES
E.M. 1º de Maio (Fund. II e Técnico) End.: Av. Adriano Dias dos Santos, nº 611 - Jd. Boa Esperança Vicente de Carvalho - Guarujá/SP CEP: 11.470-220 E-mail: em.1demaio@guaruja.sp.gov.br Direção: Solange Pinto Horário de funcionamento: 07h às 23h	3355-1349
E.M. Ver. Afonso Nunes (Fund. I) End: Rua Rui Barbosa, nº 365 - Parque Estuário Vicente de Carvalho - Guarujá/SP CEP: 11.451-061 E-mail: em.afonsonunes@guaruja.sp.gov.br Direção: Grazielle Santana Silva Cardoso Horário de funcionamento: 07h às 18h	3352-1658 3352-0922 (ORELHÃO)
E.M. Angelina Daige (Fund. I) End.: Praça Sorocaba, s/nº - Vila Áurea Vicente de Carvalho - Guarujá/SP CEP: 11.454-640	3342-5966 3342-4495

aquisição e instalação de ventiladores de parede


 GUARUJÁ PREFEITURA MUNICIPAL	Município de Guarujá Estado de São Paulo Secretaria Municipal da Educação TERMO DE REFERÊNCIA	Edição:	01
		Data:	16/04/26
		Revisão:	01
		Página:	22 de 60

E-mail: em.angelinadaige@guaruja.sp.gov.br Direção: Elizabeth Sá de Araújo Horário de funcionamento: 07h às 18h	
E.M. Prof. Antonio Ferreira de Almeida Jr (Fund. I) End: Av. Marivaldo Fernandes, s/nº - Jd. Teжереba Guarujá/SP CEP: 11.440-050 E-mail: em.almeidajunior@guaruja.sp.gov.br Direção: José Roberto Horário de funcionamento: 07h às 18h	3384-4209 3384-5645 3384-0859
E.M. Ver. Ary Silva Souza (Fund. I e II) End: Rua José Terto dos Santos Filho, nº 136 - Jd. Mar e Céu Guarujá/SP CEP: 11.444-530 E-mail: em.arysouza@guaruja.sp.gov.br Direção: Tânia Maria de Andrade Mesquita Horário de funcionamento: 07h às 18h	3353-6394
E.M. Benedicta Blac Gonzalez (Fund. I e II) End.: Av. Rio Solimões, s/nº - Jd. Umuarama - Perequê Guarujá/SP CEP: 11.446-090 E-mail: em.benedictablac@guaruja.sp.gov.br Direção: Orlando Dias Horário de funcionamento: 07h às 18h	3353-6360 3353-5035
E.M. Prof. Benedito Claudio da Silva (Fund. II) End.: Rua Agenor de Assis, nº 165 - Bairro Vila Alice Vicente de Carvalho - Guarujá/SP CEP: 11.450-180 E-mail: em.beneditoclaudio@guaruja.sp.gov.br Direção: Elba Maria Horário de funcionamento: 07h às 18h	3342-1136
E.M. Profª Dirce Valério Gracia (Fund. II, EJA I e EJA II) End.: Av. D. Pedro I, nº 340 - Jd. Teжереba Guarujá/SP CEP: 11.440-000 E-mail: em.dircevalerio@guaruja.sp.gov.br Direção: Eloísa Flora Gracia Horário de funcionamento: 07h às 23h	3386-4202 3386-2542
E.M. Ver. Francisco Figueiredo (Fund. II) End.: Av. Tancredo Neves, s/nº - Bairro Santa Clara Guarujá/SP CEP: 11.435-000 E-mail: em.franciscofigueiredo@guaruja.sp.gov.br Direção: Silvana Aparecida C. de Souza Pagetti Horário de funcionamento: 07h às 21h	3384-2989 3355-0314 (ORELHÃO)
E.M. Pres. Franklin Delano Roosevelt (Fund. I)	3355-8437

 GUARUJÁ PREFEITURA MUNICIPAL	Município de Guarujá Estado de São Paulo Secretaria Municipal da Educação TERMO DE REFERÊNCIA	Edição:	01
		Data:	16/04/26
		Revisão:	01
		Página:	23 de 60


End.: Av. Adriano Dias dos Santos, n° 500 - Jd. Boa Esperança Vicente de Carvalho - Guarujá/SP CEP: 11.470-220 E-mail: em.franklindelano@guarujá.sp.gov.br Direção: Adriana Rocha Garcia Horário de funcionamento: 07h às 18h	3355-0266 (ORELHÃO)
E.M. Giusfredo Santini (Fund. I) End.: Rua São João Batista, n° 380- Morrinhos II Guarujá/SP CEP: 11.495-025 E-mail: em.giusfredosantini@guarujá.sp.gov.br Direção: Débora Guido Cardoso da Silva Horário de funcionamento: 07h às 18h	3355-8759 3384-5576
E.M. Dr. Gladston Jafet (Fund. I e II) End.: Rua João Luiz da Silva, n° 03 - Vila Lúcia Guarujá/SP CEP: 11.430-210 E-mail: em.gladstonjafet@guarujá.sp.gov.br Direção: Camila Marinho Diniz Horário de funcionamento: 07h às 18h	3358-2962 3358-1898 3348-0209 (ORELHÃO)
E.M. Herbert Henry Dow (Fund. I) End.: Rua Uruguai, n° 950 - Balneário Guarujá Guarujá/SP CEP: 11.442-020 E-mail: em.herbertdow@guarujá.sp.gov.br Direção: Camila Maria do Amaral Rocha Santos Horário de funcionamento: 07h às 18h	3351-6617 3351-9082 3391-0024
E.M. Profª Ivonete da Silva Câmara (Fund. I e II) End.: Av. A, n° 18 - Jd. Conceiçãozinha Vicente de Carvalho - Guarujá/SP CEP: 11.472-110 E-mail: em.ivonete@guarujá.sp.gov.br Direção: Maria Conceição Aparecida Antunes Horário de funcionamento: 07h às 21h	3386-6185 3355-6527
E.M. Profª Jacirema dos Santos Fontes (Fund. I) End. : Rua Daniel Matos da Silva, n° 63 - Morrinhos I Guarujá/SP CEP: 11.495-040 E-mail: em.jacirema@guarujá.sp.gov.br Direção: Maria Andrea Santos Horário de funcionamento: 07h às 18h	3355-7886 3384-0605 (ORELHÃO)
E.M. Profª Lúcia Flora dos Santos (Fund. I e II) End.: Rua Josefa Hermínia Calda, n° 200 - Jd. Progresso Vicente de Carvalho - Guarujá/SP CEP: 11.453.230 E-mail: em.luciaflora@guarujá.sp.gov.br Direção: Eloíse Cristina Granieri Horário de funcionamento: 07h às 18h	3341-3462 3342-4480

aquisição e instalação de ventiladores de parede

 GUARUJÁ PREFEITURA MUNICIPAL	<p align="center">Município de Guarujá Estado de São Paulo Secretaria Municipal da Educação</p> <p align="center">TERMO DE REFERÊNCIA</p>	Edição:	01
		Data:	16/04/26
		Revisão:	01
		Página:	24 de 60


E.M. Lucimara de Jesus Vicente (Fund. I e II) End.: Av. Manoel da Cruz Michael, nº 343 - Bairro Santa Rosa Guarujá/SP CEP: 11.430-090 E-mail: em.lucimara@guaruja.sp.gov.br Direção: Rebeca Silva Horário de funcionamento: 07h às 18h	3358-2335 3358-2688 3348-1531
E.M. Profª Maria Aparecida de Araújo (Fund. II) End.: Rua São João Batista, nº 330 - Morrinhos II Guarujá/SP CEP: 11.495-025 E-mail: em.mariaaraujo@guaruja.sp.gov.br Direção: Valdilene Cristina Correa Vieira Horário de funcionamento: 07h às 21h	3386-3216 3384-5412
E.M. Profª Maria Aparecida Ramos Camargo (Fund. II) End.: Rua Poeta Gregório de Matos, nº 71 - Loteamento Jd. Brasil Morrinhos III Guarujá/SP CEP: 11.497-000 E-mail: em.ramoscarmargo@guaruja.sp.gov.br Direção: Zulmira Ferreira Horário de funcionamento: 07h às 18h	3386-2031
E.M. Mario Cerqueira Leite Filho (Fund. I) End.: Rua Javari, nº 95 - Balneário Praia do Perequê Guarujá/SP CEP: 11.446-120 E-mail: em.mariocerqueira@guaruja.sp.gov.br Direção: Nágela Francisco Horário de funcionamento: 07h às 18h	3353-4473 3353-3447 3353-0231 (ORELHÃO)
E.M. Profª Myriam Terezinha Wichrowski Millbourn (Fund. I) End.: Av. Adriano Dias dos Santos, nº 623 - Jd. Boa Esperança Vicente de Carvalho - Guarujá/SP CEP: 11.470-220 E-mail: em.myriamterezinha@guaruja.sp.gov.br Direção: Mona Mohamed Youssef El Malt Horário de funcionamento: 07h às 18h	3383-7020 3355-0016 (ORELHÃO)
E.M. Dr. Napoleão Rodrigues Laureano (Fund. I e II, EJA I e II) End.: Av. Oswaldo Aranha, nº 365 - Jd. Maravilha Vicente de Carvalho - Guarujá/SP CEP: 11.470-100 E-mail: em.napoleaolaureano@guaruja.sp.gov.br Direção: Maria Dolores dos Santos Pereira Horário de funcionamento: 07h às 23h	3352-1484 3342-4478
E.M. Dr. Oswaldo Cruz II (Fund. I) End.: Av. Presidente Vargas, nº 485 - Parque Estuário Vicente de Carvalho - Guarujá/SP CEP: 11.451-000	3341-3300

aquisição e instalação de ventiladores de parede

 GUARUJÁ PREFEITURA MUNICIPAL	Município de Guarujá Estado de São Paulo Secretaria Municipal da Educação TERMO DE REFERÊNCIA	Edição:	01
		Data:	16/04/26
		Revisão:	01
		Página:	25 de 60


E-mail: em.oswaldocruz@guarujá.sp.gov.br Direção: Dilma Tereza Lemos Souza Horário de funcionamento: 07h às 18h		
E.M. Paulo Freire (Fund. I) End.: Av. Tancredo Neves, s/nº - Bairro Santa Clara Guarujá/SP CEP: 11.435-000 E-mail: em.paulofreire@guarujá.sp.gov.br Direção: Camila Aparecida Buck da Cruz Horário de funcionamento: 07h às 18h		3386-6119
E.M. Sérgio Pereira Rodrigues (Fund. I) End.: Av. Atlântica, nº 1516 - Cidade Atlântica Guarujá/SP CEP: 11.442-070 E-mail: em.sergiopereira@guarujá.sp.gov.br Direção: Inca Farias Horário de funcionamento: 07h às 18h		3392-3883 3392-3860
E.M. Profª Valéria Cristina Vieira da Cruz Silva (Fund. I) End.: Rua Poeta Gregório de Matos, nº 25 - Loteamento Jd. Brasil Morrinhos III Guarujá/SP CEP: 11.497-000 E-mail: em.valeriacristina@guarujá.sp.gov.br Direção: Rosemeire Zacariotti Horário de funcionamento: 07h às 18h		3386-1994
Educação Infantil		TELEFONES
E.M. Adelaide Fernandes End.: Rua José Terto dos Santos Filho, nº 138 - Jd. Mar e Céu Guarujá/SP CEP: 11.444-530 E-mail: em.adelaidefernandes@guarujá.sp.gov.br Direção: Jane Neiva Gonçalves Liberal Horário de funcionamento: 07h às 18h		3353-5561
E.M. Aparecida da Costa Sinópoli End.: Rua Benedito Alves, nº 23 - Paecará Vicente de Carvalho - Guarujá/SP CEP: 11.461-320 E-mail: em.aparecidasinopoli@guarujá.sp.gov.br Direção: Márcia Daniella Horário de funcionamento: 07h às 18h		3352-6100 3352-9101
E.M. Augusto Antunes Correa End.: Rua Romoaldo dos Santos Inácio, nº 45 - Jd. Boa Esperança Vicente de Carvalho - Guarujá/SP CEP: 11.470-050 E-mail: em.augustocorreia@guarujá.sp.gov.br Direção: Sinara Maria Barroso Horário de funcionamento: 07h às 18h		3355-6076 3384-0667

aquisição e instalação de ventiladores de parede

 GUARUJÁ PREFEITURA MUNICIPAL	Município de Guarujá Estado de São Paulo Secretaria Municipal da Educação TERMO DE REFERÊNCIA	Edição:	01
		Data:	16/04/26
		Revisão:	01
		Página:	26 de 60


E.M. Catarina de Oliveira Salgado End.: Av. Veraneio s/nº - Cidade Atlântica Guarujá/SP CEP: 11.442-060 E-mail: em.catarinasalgado@guarujá.sp.gov.br Direção: Ângela Antunes dos Santos Pereira Horário de funcionamento: 07h às 18h	3392-5727
E.M. Cônego Domenico Rangoni End.: Rua Bandeirantes, s/nº - Vila Sapo Guarujá/SP CEP: 11.443-520 E-mail: em.conegorangoni@guarujá.sp.gov.br Direção: Sandra Bonfim Neves Leutz Horário de funcionamento: 07h às 18h	3351-9310
E.M. Constantino Michaello Conde End.: Rua Reinaldo Ribeiro de Almeida, s/nº - Vila Zilda Guarujá/SP CEP: 11.436-020 E-mail: em.michaelloconde@guarujá.sp.gov.br Direção: Sheila de Oliveira Agria Horário de funcionamento: 07h às 18h	3355-3346 3384-0673 3386-7182 (ANEXO)
E.M. Dr. Ernesto Ferreira Sobrinho End.: Rua 1º de Maio, nº215 Vicente de Carvalho - Guarujá/SP CEP: 11.463-250 E-mail: em.ernestosobrinho@guarujá.sp.gov.br Direção: Roseli dos Santos Horário de funcionamento: 07h às 18h	3342-5854 3352-0751 3341-2540
E.M. Ver. Ernesto Pereira End.: Rua Engº Silvio Fernandes Lopes, nº 281, Paecará Vicente de Carvalho - Guarujá/SP CEP: 11.460-400 E-mail: em.ernestopereira@guarujá.sp.gov.br Direção: Mariana Ferreira Horário de funcionamento: 07h às 18h	3342-2229 3352-0807 (ORELHÃO)
E.M. Prof. Guilherme Furlani Junior End.: Travessa 253, s/nº - Morrinhos II Guarujá/SP CEP: 11.495-135 E-mail: em.guilhermefurlani@guarujá.sp.gov.br Direção: Vilma Trajano Horário de funcionamento: 07h às 18h	3383-7972 3386-2424 (ANEXO)
E.M. Hermínia Neves Vitiello End.: Rua João Thomas Tangary, nº 95 - Bairro Santa Rosa Guarujá/SP CEP: 11.431-330 E-mail: em.herminiavitiello@guarujá.sp.gov.br Direção: Valquíria Frederico Rodrigues de Matos	3355-2048 3384-0669 (ORELHÃO)

aquisição e instalação de ventiladores de parede

 GUARUJÁ PREFEITURA MUNICIPAL	Município de Guarujá Estado de São Paulo Secretaria Municipal da Educação TERMO DE REFERÊNCIA	Edição:	01
		Data:	16/04/26
		Revisão:	01
		Página:	27 de 60


Horário de funcionamento: 07h às 18h	
E.M. João de Oliveira End.: Rua Manoel Vicente de Brito, s/nº - Morrinhos III Guarujá/SP CEP: 11.495-007 E-mail: em.joaooliveira@guaruja.sp.gov.br Direção: Eloá Matilde Rubina Miranda dos Santos Horário de funcionamento: 07h às 18h	3355-4308 3384-0956 (ORELHÃO)
E.M. João Gonçalves Sobrinho End.: Rua Antonio Pinto Rodrigues, 13 - Santa Cruz dos Navegantes Guarujá/SP CEP: 11425-240 E-mail: emjoaogoncalvessobrinho@gmail.com Direção: Carla Andréa Teixeira dos Santos Nascimento Horário de funcionamento: 07h às 18h	3386-4165
E.M. José de Souza End.: Av. Atlântica, nº 1518 - Cidade Atlântica Guarujá/SP CEP: 11.442-070 E-mail: em.josesouza@guaruja.sp.gov.br Direção: Celma Fernandes Doblins Horário de funcionamento: 07h às 18h	3351-1241
E.M. Profª Magdalena Maria Cardoso Lourenço End.: Rua Marivaldo Fernandes, s/nº - Jd. Teжереba Guarujá/SP CEP: 11.440-050 E-mail: em.magdalenalourenco@guaruja.sp.gov.br Direção: Rita de Cássia Duarte Peixoto Horário de funcionamento: 07h às 18h	3384-6598 3384-0341
E.M. Profª Maria de Lourdes Gonçalves de Oliveira End.: Alameda Duartina, nº 95 - Vila Áurea Vicente de Carvalho - Guarujá/SP CEP: 11.454-110 E-mail: em.marialourdes@guaruja.sp.gov.br Direção: Denise de Alcântara Coelho Horário de funcionamento: 07h às 18h	3342-6555 3352-0921 (ORELHÃO)
E.M. Maria Eunice da Cruz End.: Rua Javari, s/nº - Balneário Praia do Perequê Guarujá/SP CEP: 11.446-120 E-mail: em.mariaeunice@guaruja.sp.gov.br Direção: Elaine Christina Nunes Horário de funcionamento: 07h às 18h	3353-3164
E.M. Profª Maria Regina Teixeira dos Santos Claro End.: Rua Áureo Moreira, nº 90 - Jd. Conceiçãozinha Vicente de Carvalho - Guarujá/SP CEP: 11.472-090	3355-7259 3384-0661 (ORELHÃO)

aquisição e instalação de ventiladores de parede

 GUARUJÁ PREFEITURA MUNICIPAL	Município de Guarujá Estado de São Paulo Secretaria Municipal da Educação TERMO DE REFERÊNCIA	Edição:	01
		Data:	16/04/26
		Revisão:	01
		Página:	28 de 60


E-mail: em.mariaregina@guaruja.sp.gov.br Direção: Andréa Goes Horário de funcionamento: 07h às 18h		
E.M. Profª Philomena Cardoso de Oliveira End.: Av. Santos Dumont, nº 305 - Santo Antonio Guarujá/SP CEP: 11.432-501 E-mail: em.philomenacardoso@guaruja.sp.gov.br Direção: Amália Cardoso Fava Ferreira dos Santos Horário de funcionamento: 07h às 18h		3355-7374 3382-4755 (ANEXO)
E.M. Pastor Samuel Franco de Menezes End.: Av. Oswaldo Cruz, nº 350 - Parque Estuário Vicente de Carvalho - Guarujá/SP CEP: 11.460-100 E-mail: em.samuelmenezes@guaruja.sp.gov.br Direção: Anna Gaffo Horário de funcionamento: 07h às 18h		3352-1498 3352-0745 (ORELHÃO)
E.M. Vicentina Lamas do Valle End.: Rua São Sebastião, nº 125 - Parque Estuário Vicente de Carvalho - Guarujá/SP CEP: 11.451-180 E-mail: em.vicentinalamas@guaruja.sp.gov.br Direção: Lenira Viceconte Horário de funcionamento: 07h às 18h		3352-1213
Núcleos de Educação Infantil		TELEFONES
N.E.I.M. Agripina Alves de Barros End.: Rua Mario Malheiro, nº 205 - Jd. Praiano Guarujá/SP CEP: 11.443-030 E-mail: neim.agripinabarros@guaruja.sp.gov.br Direção: Eline Maria Batista do Nascimento Horário de funcionamento: 07h às 18h		3351-6121
N.E.I.M. Albert Sabin End.: Av. Mário Daige, nº 1555 - Jd. Boa Esperança Vicente de Carvalho - Guarujá/SP CEP: 11.470-062 E-mail: neim.albertsabin@guaruja.sp.gov.br Direção: Ivoneide Francisca de Araújo Pereira Horário de funcionamento: 07h às 18h		3387-3786 3341-4404
N.E.I.M. Ambrozina Rosa da Conceição End.: Rua Princesa Isabel, s/nº - Paecará Vicente de Carvalho - Guarujá/SP CEP: 11.460-020 E-mail: neim.ambrozinarosa@guaruja.sp.gov.br Direção: Ilza de Fátima dos Santos Silva Horário de funcionamento: 07h às 18h		3352-6101
N.E.I.M. Amélia Marangoni Chede		3351-1783

aquisição e instalação de ventiladores de parede

 GUARUJÁ PREFEITURA MUNICIPAL	Município de Guarujá Estado de São Paulo Secretaria Municipal da Educação TERMO DE REFERÊNCIA	Edição:	01
		Data:	16/04/26
		Revisão:	01
		Página:	29 de 60


End.: Rua Quinze - s/nº - Parque Enseada Guarujá/SP CEP: 11.443-090 E-mail: neim.ameliamarangoni@guaruja.sp.gov.br Direção: Elisangela Sara Horário de funcionamento: 07h às 18h	
N.E.I.M. Antonieta do Espírito Santo e Silva End.: Rua Agnelo Xavier, s/nº - Rio de Meio Guarujá/SP CEP: 11.430-200 E-mail: neim.antonietta@guaruja.sp.gov.br Direção: Sabrina Ferreira Lovecchio Vicente Horário de funcionamento: 07h às 18h	3358-4660 3358-0053
N.E.I.M. Celso Raimundo Jerônimo End.: Alameda das Violetas, nº 276 - Santo Antonio Guarujá/SP CEP: 11.432-270 E-mail: neim.celsoraimundo@guaruja.sp.gov.br Direção: Giselda Maria Rosinha Prado Horário de funcionamento: 07h às 18h	3383-8825
N.E.I.M. Groussier Magri End.: Rua Daniel Matos da Silva, Quadra 105, nº 135 - Morrinhos I Guarujá/SP CEP: 11.495-040 E-mail: neim.groussiermagri@guaruja.sp.gov.br Direção: Mariselma Oliveira Horário de funcionamento: 07h às 18h	3355-7822
N.E.I.M. Joana Mussa Gaze End.: Rua Reinaldo Ribeiro de Almeida, s/nº - Vila Zilda Guarujá/SP CEP: 11.436-095 E-mail: neim.joanagaze@guaruja.sp.gov.br Direção: Keith Silva dos Santos Horário de funcionamento: 07h às 18h	3386-6241
N.E.I.M. José Antonio Ferranti End.: Avenida Tancredo Neves, nº 262 - Cachoeira Guarujá/SP CEP: 11.435-000 E-mail: neim.joseferranti@guaruja.sp.gov.br Direção: Genolina Aparecida Da Rocha Santos Horário de funcionamento: 07h às 18h	3355-8532
N.E.I.M. Marina Daige (Creche e Pré-escola) End.: Rua Pardal, nº 340 - Jardim dos Pássaros Guarujá/SP CEP: 11.432-090 E-mail: neim.marinadaige@guaruja.sp.gov.br Direção: Daniela Caparroz Cicconi Horário de funcionamento: 07h às 24h	3387-1243

aquisição e instalação de ventiladores de parede

 GUARUJÁ PREFEITURA MUNICIPAL	Município de Guarujá Estado de São Paulo Secretaria Municipal da Educação TERMO DE REFERÊNCIA	Edição:	01
		Data:	16/04/26
		Revisão:	01
		Página:	30 de 60

N.E.I.M. Mauro Aprígio de Brito End.: Rua Josefa Herminia Calda, nº 152 - Jd. Progresso Vicente de Carvalho - Guarujá/SP CEP: 11.453-230 E-mail: neim.mauroaprigio@guarujá.sp.gov.br Direção: Cleide Maria Horário de funcionamento: 07h às 18h	3342-2098 3383-5541
N.E.I.M. Monteiro Lobato End.: Rua Júlio Inácio de Freitas, s/nº - Paecará Vicente de Carvalho - Guarujá/SP CEP: 11.451-200 E-mail: neim.monteirolobato@guarujá.sp.gov.br Direção: Fabiana Digregório Horário de funcionamento: 07h às 18h	3352-1101
N.E.I.M. Ver. Natanael de Oliveira End.: Rua Benedito Boaventura, nº 261 - Santa Rosa Guarujá/SP CEP: E-mail: neim.natanaeloliveira@guarujá.sp.gov.br Direção: Célia Anselmo de Souza Pinto Horário de funcionamento: 07h às 18h	3341-6816
N.E.I.M. Sara Bozoglian End.: Rua Belo Horizonte, s/nº - Paecará Vicente de Carvalho - Guarujá/SP CEP: 11.436-260 E-mail: neim.sarabozoglian@guarujá.sp.gov.br Direção: Dilma dos Santos de Melo Horário de funcionamento: 07h às 18h	3352-1660
N.E.I.M. Suely Kida Maria da Silva Kida End.: Rua Maracá, nº 90 - Jd. Umuarama - Perequê Guarujá/SP CEP: 11.446-080 E-mail: neim.suelymaria@guarujá.sp.gov.br Direção: Erica Moreira Horário de funcionamento: 07h às 18h	3353-6505
Centros de Atividades Educacionais e Comunitárias	
C.A.E.C. Ver. André Luiz Gonzalez End.: Travessa 268 - Quadra 77 - Morrinhos II Guarujá/SP CEP: 11.495-000 E-mail: caec.andreluiz@guarujá.sp.gov.br Direção: Juliana Fátima dos Santos Fonseca Horário de funcionamento: 07h às 21h	3386-8556
C.A.E.C. Prof. Carlos Cesar Fernandes Garcia End.: Rua Iracema, s/nº - Parque Enseada Guarujá/SP CEP: 11.443-400	3384-2956


aquisição e instalação de ventiladores de parede

 GUARUJÁ PREFEITURA MUNICIPAL	Município de Guarujá Estado de São Paulo Secretaria Municipal da Educação TERMO DE REFERÊNCIA	Edição:	01
		Data:	16/04/26
		Revisão:	01
		Página:	31 de 60

E-mail: caec.carloscesar@guarujá.sp.gov.br Direção: Maria Aparecida Alves da Cruz Horário de funcionamento: 07h às 22h	
C.A.E.C. Cornélio Conceição Pacheco End.: Rua do Bosque, s/nº - Bairro Maré Mansa - Perequê Guarujá/SP CEP: 11.444-540 E-mail: caec.corneliopacheco@guarujá.sp.gov.br Direção: Roseli Ferreira da Cunha Horário de funcionamento: 07h às 21h	3353-3553
C.A.E.C. Cap. Dante Sinópoli End.: Alameda Dracena, nº 513 - Vila Áurea Vicente de Carvalho - Guarujá/SP CEP: 11.454-100 E-mail: caec.dantesinopoli@guarujá.sp.gov.br Direção: Isabella Moura de Souza Horário de funcionamento: 07h às 21h	3352-2945
C.A.E.C. Isabel Ortega de Souza End.: Av. Manoel da Cruz Michael, nº 333 - Bairro Santa Rosa Guarujá/SP CEP: 11.430-090 E-mail: caec.isabelortega@guarujá.sp.gov.br Direção : Maria Aparecida Alves Horário de funcionamento: 07h às 21h	3358-2976
C.A.E.C. João Paulo II End.: Engº Silvio Fernandes Lopes, nº 281, Pae Cará Vicente de Carvalho - Guarujá/SP CEP: 11.460-400 E-mail: caec.joaopaulo@guarujá.sp.gov.br Direção: Vanessa Moya Horário de funcionamento: 07h às 21h	3352-5729
C.A.E.C. Profª Márcia Regina dos Santos End.: Av. Mário Daige, nº 1440 - Jd. Boa Esperança Vicente de Carvalho - Guarujá/SP CEP: 11.470-062 E-mail: caec.marciaregina@guarujá.sp.gov.br Direção: Thiago de Almeida Horário de funcionamento: 07h às 21h	3355-6422

4.5 LOCAL DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NAS UNIDADES DA SEDUC :


aquisição e instalação de ventiladores de parede

 GUARUJÁ PREFEITURA MUNICIPAL	Município de Guarujá Estado de São Paulo Secretaria Municipal da Educação TERMO DE REFERÊNCIA	Edição:	01
		Data:	16/04/26
		Revisão:	01
		Página:	32 de 60

VENTILADOR DE PAREDE 2025/26 SEDUC :


Nº	UNIDADE	LOCAL DE INSTALAÇÃO	QUANTIDADE
1	SEDUC FDTL EM 1º DE MAIO	sala de aula	20
		laboratório	10
		oficina	10
2	SEDUC FDTL EM AFONSO NUNES	salas de aula	10
		patio	4
3	SEDUC FDTL EM ANGELINA DAIGE	não precisa	0
4	SEDUC FDTL EM ANTONIO ALMEIDA JR	salas de aula	16
		refeitório	2
5	SEDUC FDTL EM ARY DA SILVA	salas de aula	76
6	SEDUC FDTL EM BENEDICTA BLAC	salas de aula	20
7	SEDUC FDTL EM BENEDITO CLAUDIO	pátio	10
8	SEDUC FDTL EM DIRCE V GRACIA	salas de aula	40
		patio de merenda	10
9	SEDUC FDTL EM FRANCISCO FIGUEIREDO	salas de aula	11
10	SEDUC FDTL EM FRANKLIN DELANO	sala de educação física	2
		salas de aula	15
11	SEDUC FDTL EM GIUSFREDO SANTINI	salas de aula	12
		sala de recursos	1
		sala de leitura	1
		sala dos professores	1
12	SEDUC FDTL EM GLADSTON JAFET	cozinha	2
		refeitório	1
		salas de aula	14
13	SEDUC FDTL EM HERBERT HENRY DOW	hall entrada dos alunos	1
		sala de recursos	1
		refeitório	1
14	SEDUC FDTL EM IVONETE S CAMARA	secretaria	2
		salas de aula	5
		refeitório	2
		patio	2
15	SEDUC FDTL EM JACIREMA DOS SANTOS	salas de aula	2
		refeitório	2
		patio	1
16	SEDUC FDTL EM LUCIA FLORA DOS S	salas de aula	26
17	SEDUC FDTL EM LUCIMARA DE JESUS	salas de aula	10
		diretoria	1

aquisição e instalação de ventiladores de parede

 GUARUJÁ PREFEITURA MUNICIPAL	Município de Guarujá Estado de São Paulo Secretaria Municipal da Educação TERMO DE REFERÊNCIA	Edição:	01
		Data:	16/04/26
		Revisão:	01
		Página:	33 de 60


		sala de educação física	1
18	SEDUC FDTL EM MARIA AP ARAUJO	não precisa	0
19	SEDUC FDTL EM MARIA AP RAMOS CAMARGO	salas de aula	56
		secretaria	4
		diretoria	4
		refeitório	4
		quadra	4
		sala de arquivo	1
		sala de recursos	4
20	SEDUC FDTL EM MARIO CERQUEIRA	salas de aula	17
		sala dos professores	2
		sala de recursos	1
		diretoria	1
		vice direção	1
21	SEDUC FDTL EM MYRIAM TEREZINHA	refeitório	5
22	SEDUC FDTL EM NAPOLEAO R LAUREANO	sala dos professores	1
		biblioteca	1
		sala de informática	1
		salas de aula	11
	SEDUC FDTL EM OSWALDO CRUZ	patio	3
		refeitório	2
		entrada	2
24	SEDUC FDTL EM PAULO FREIRE	sala de aula	10
		cozinha	3
25	SEDUC FDTL EM SERGIO PEREIRA	salas de aula	20
		cozinha	2
		patio	4
		corredor	4
		sala das orientadoras	2
		sala PETI	2
		sala de leitura	2
		depósito da merenda	1
		quarto dos funcionários	1
		sala de educação física	2
		mezanino	4
		arquivo morto	1
		corredor superior	3
26	SEDUC FDTL EM VALERIA CRISTINA	quadra	8
		corredores	1
		patio	1

aquisição e instalação de ventiladores de parede

 GUARUJÁ PREFEITURA MUNICIPAL	Município de Guarujá Estado de São Paulo Secretaria Municipal da Educação TERMO DE REFERÊNCIA	Edição:	01
		Data:	16/04/26
		Revisão:	01
		Página:	34 de 60


27	SEDUC IFTL EM ADELAIDE FERNANDES	salas de aula	3
28	SEDUC IFTL EM APARECIDA SINOPOLI	refeitório	4
29	SEDUC IFTL EM AUGUSTO ANTUNES	brinquedoteca	1
		hall entrada dos alunos	2
		cozinha	1
		salas de aula	2
30	SEDUC IFTL EM CATARINA O SALGADO	salas de aula	9
		sala das orientadoras	1
		diretoria	1
		refeitório	1
31	SEDUC IFTL EM CONEGO D RANGONI	salas de aula	5
32	SEDUC IFTL EM CONSTANTINO M CONDE	pátio	5
32		hall 1º piso	1
32		hall 2º piso	1
32		salas de aula	11
33	SEDUC IFTL EM ERNESTO F SOBRINHO	patio	3
		cozinha	1
		sala de aula	3
		sala dos professores	1
		sala das orientadoras	1
		depósito da cozinha	1
34	SEDUC IFTL EM ERNESTO PEREIRA	secretaria	2
		salas de aula	16
		refeitório	2
		patio	1
		educação física	1
35	SEDUC IFTL EM GUILHERME FURLANI + ANEXO	salas de aula	9
		patios	4
		almoxarifado	1
36	SEDUC IFTL EM HERMINIA VITIELLO	salas de aula	3
		sala de artes	1
		sala de jogos	1
		refeitório	1
		pátio	3
37	SEDUC IFTL JOÃO GONÇALVES SOBRINHO	sala de aula	7
		secretaria	1
		sala dos professores	1
		sala das orientadoras	1
		patio	12

aquisição e instalação de ventiladores de parede

 GUARUJÁ PREFEITURA MUNICIPAL	Município de Guarujá Estado de São Paulo Secretaria Municipal da Educação TERMO DE REFERÊNCIA	Edição:	01
		Data:	16/04/26
		Revisão:	01
		Página:	35 de 60


38	SEDUC IFTL EM JOAO DE OLIVEIRA	refeitório	5
		sala de aula	6
		diretoria	1
		patio	4
39	SEDUC IFTL EM JOSE DE SOUZA	salas de aula	10
40	SEDUC IFTL EM MAGDALENA MARIA	sala de aula	5
		patio	5
41	SEDUC IFTL EM MARIA DE LOURDES	sala de aula	3
		atelie	1
		refeitório	6
42	SEDUC IFTL EM MARIA EUNICE / ANEXO PRAINHA	sala de aula	8
43	SEDUC IFTL EM MARIA REGINA	refeitório	1
		sala dos professores	1
		secretaria	1
		salas de aula	5
44	SEDUC IFTL EM PHILOMENA CARDOSO	patio	2
		salas de aula	5
45	ANEXO PHILOMENA - Huguinho	sala de aula	6
		corredores	3
		area comum	1
		secretaria	1
46	SEDUC IFTL EM SAMUEL FRANCO	patio	2
47	SEDUC IFTL EM JOÃO GONÇALVES SOBRINHO	sala de aula	7
		secretaria	1
		sala dos professores	1
		sala das orientadoras	1
		patio	12
48	SEDUC IFTL EM VICENTINA LAMAS	patio	4
		cozinha	2
		diretoria	1
		secretaria	1
		corredores	1
		sala de artes	1
49	SEDUC IFTL NEIM AGRIPINA ALVES	secretaria	1
		diretoria	1
		cozinha	2
		banheiro berçário	1
		banheiro das crianças	1
		refeitório	1

aquisição e instalação de ventiladores de parede

 GUARUJÁ PREFEITURA MUNICIPAL	Município de Guarujá Estado de São Paulo Secretaria Municipal da Educação TERMO DE REFERÊNCIA	Edição:	01
		Data:	16/04/26
		Revisão:	01
		Página:	36 de 60


		parquinho coberto	3
		salas de aula	7
		refeitório	2
		cozinha	1
		banheiro das crianças	3
		sala das orientadoras	1
		refeitório II	1
		hall entrada dos alunos	1
		brinquedoteca	3
		despensa cozinha	1
		cozinha de funcionários	1
50	SEDUC IFTL NEIM ALBERT SABIN	cozinha	1
51	SEDUC IFTL NEIM AMBROZINA ROSA	salas de aula	3
52	SEDUC IFTL NEIM AMELIA MARANGONI	refeitório	1
		salas de aula	3
53	SEDUC IFTL NEIM ANTONIETA DO ESP. SANTO	almoxarifado	1
		secretaria	2
		refeitório	1
		corredores	1
		sala ludica	1
		cantinho da leitura	1
		lavanderia	1
	SEDUC IFTL NEIM CELSO RAIMUNDO	salas de aula	4
		sala multiseriada	1
		pátio interno	2
55	SEDUC IFTL NEIM GROUSSIER MAGRI	salas de aula	16
		refeitório	6
		refeitório dos funcionários	1
		pátio coberto	4
		sala das orientadoras	1
		secretaria	1
56	SEDUC IFTL NEIM JOANA MUSSA	refeitório	3
		salas de aula	4
57	SEDUC IFTL NEIM JOSE A FERRANTI	patio	8
		secretaria	1
		refeitório	3
		berçario	2
		salas de aula	4
58	SEDUC IFTL NEIM MARINA DAIGE	secretaria	1
		sala dos professores	2

aquisição e instalação de ventiladores de parede

 GUARUJÁ PREFEITURA MUNICIPAL	Município de Guarujá Estado de São Paulo Secretaria Municipal da Educação TERMO DE REFERÊNCIA	Edição:	01
		Data:	16/04/26
		Revisão:	01
		Página:	37 de 60

		corredores	3
		refeitório dos bebês	2
		refeitório dos funcionários	1
		salas de aula escola	3
		salas de aula Neim	5
		sala lúdica	1
		sala de recurso	1
		sala das orientadoras	1
59	SEDUC IFTL NEIM MAURO APRIGIO	salas de aula Neim	6
60	SEDUC IFTL NEIM MONTEIRO LOBATO	secretaria	1
		fraldário	1
		salas de aula Neim	2
61	SEDUC IFTL NEIM NATANAEL DE OLIVEIRA	refeitório	2
		sala de aula	2
62	SEDUC IFTL NEIM SARA BOZOGLIAN	salas de aula Neim	3
63	SEDUC IFTL NEIM SUELY MARIA KIDA	quarto dos funcionários	1
		diretoria	1
		sala dos professores	1
		sala de arte	1
		refeitório	1
		salas de aula	3
64	SEDUC PROE CAEC ANDRE LUIZ	salas de aula	4
		corredor	2
65	SEDUC PROE CAEC CARLOS CESAR	secretaria	1
		sala de informática	1
		sala de ginastica	1
		sala de entretenimento	1
66	SEDUC PROE CAEC CORNÉLIO PACHECO	cozinha	2
		corredor	3
67	SEDUC PROE CAEC DANTE SINÓPOLI	salas de aula	22
		secretaria	2
		diretoria	1
68	SEDUC PROE CAEC ISABEL ORTEGA	salas de aula	33
		cozinha de funcionários	2
		quartinho da piscina	2
		sala dos professores	2
		salão nobre	4
		secretaria	2
69	SEDUC PROE CAEC JOAO PAULO II	sala de ginastica	4
		pátio	8
70	SEDUC PROE CAEC MARCIA REGINA	salas de aula	21

aquisição e instalação de ventiladores de parede

 GUARUJÁ PREFEITURA MUNICIPAL	Município de Guarujá Estado de São Paulo Secretaria Municipal da Educação TERMO DE REFERÊNCIA	Edição:	01
		Data:	16/04/26
		Revisão:	01
		Página:	38 de 60

71	BIBLIOTECA GERALDO FERRAZ	sala principal	4
72	BIBLIOTECA MARTINS FONTES	sala principal	8
73	CASA DO EDUCADOR	cozinha	1
		recepção	1
74	CECAP	cozinha	1
		salão	1
75	SEDUC	adm/ entrada /pedagógico	10
76	ALMOXARIFADO SEDUC	refeitório	1
		galpão do almoxarifado	10
		depósito dos documentos	1
		TOTAL	1089

5- FORMA DE PAGAMENTO


5.1 - Os pagamentos serão efetuados em conformidade com a execução dos serviços mediante a apresentação dos originais da fatura e referência à AF, nos termos das normas vigentes do município.

5.2 - O contratante realizará o pagamento em até 30 (trinta) dias contados da apresentação do documento fiscal correspondente. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da contratada.

5.3 - Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação.

5.4 - As providências relativas ao pagamento de qualquer tributo que incida sobre o presente objeto serão de exclusiva responsabilidade da contratada.

5.5 - Em caso de irregularidades na Nota Fiscal, deverá a empresa vencedora prontamente substituí-la, sob pena do prazo de pagamento começar a fluir a partir de apresentação da Nota Fiscal livre dos vícios verificados.

 <p>GUARUJÁ PREFEITURA MUNICIPAL</p>	<p align="center">Município de Guarujá Estado de São Paulo Secretaria Municipal da Educação</p> <p align="center">TERMO DE REFERÊNCIA</p>	Edição:	01
		Data:	16/04/26
		Revisão:	01
		Página:	39 de 60

6 – GARANTIA DOS PRODUTOS / PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

6.1 Garantia da entrega dos produtos – Grupo 1 (Fornecimento)

6.1.1. A empresa vencedora do Grupo 1 será integralmente responsável pelo fornecimento e entrega dos ventiladores de parede de 40 cm e 60 cm, devendo os equipamentos ser novos, sem uso, originais de fábrica, acompanhados de manual em língua portuguesa e em conformidade com as normas técnicas aplicáveis da ABNT e exigências do INMETRO, quando pertinentes.

6.1.2. A entrega deverá ocorrer no local indicado (item 4.3) dentro do prazo estabelecido, sendo de responsabilidade exclusiva do fornecedor os custos e riscos relacionados ao transporte, logística, descarga e integridade dos equipamentos .

6.1.3. A empresa do Grupo 1 deverá assegurar garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação e falhas de funcionamento dos equipamentos, contados a partir do recebimento definitivo, independentemente da empresa responsável pela instalação.


6.1.4. Eventuais defeitos de fabricação, vícios ocultos ou falhas de desempenho dos equipamentos, não relacionados à instalação, deverão ser sanados pela empresa fornecedora, mediante reparo, substituição de peças ou troca integral do equipamento, sem ônus à Administração.

6.2 Garantia da prestação de serviço - Grupo 2 (instalação e start -up)

6.2.1 A empresa contratada para o Grupo 2 – Instalação e Start-Up deverá garantir os serviços executados pelo prazo mínimo de 90 (noventa) dias, contados a partir do recebimento definitivo, nos termos do art. 26, inciso II, da Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), aplicado subsidiariamente à Administração Pública. Durante o período de garantia, a contratada será integralmente responsável pela correção de quaisquer vícios, falhas ou defeitos decorrentes da execução dos serviços, incluindo, mas não se limitando a:

- fixação inadequada dos equipamentos;

aquisição e instalação de ventiladores de parede

 <p>GUARUJÁ PREFEITURA MUNICIPAL</p>	<p align="center">Município de Guarujá Estado de São Paulo Secretaria Municipal da Educação TERMO DE REFERÊNCIA</p>	Edição:	01
		Data:	16/04/26
		Revisão:	01
		Página:	40 de 60

- falhas na ligação elétrica;
- funcionamento irregular decorrente de erro de instalação.

6.2.2 Acordo de Nível de Serviço (SLA)

6.2.2.1 Para fins de garantia e atendimento técnico, ficam estabelecidos os seguintes níveis mínimos de serviço:

- a) Prazo máximo para resposta inicial: até 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir da abertura do chamado pela Administração;
- b) Prazo máximo para correção do problema: até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da solicitação formal;
- c) Caso a correção não seja realizada no prazo estabelecido, a Administração poderá aplicar as penalidades previstas no instrumento contratual e na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da adoção de outras medidas administrativas cabíveis.


6.2.3 A execução dos serviços corretivos deverá ocorrer sem qualquer ônus adicional para a Administração, incluindo materiais, mão de obra, deslocamento e demais custos necessários ao pleno restabelecimento do funcionamento dos equipamentos.

7 – PRAZO PARA ENTREGA E PRAZO PARA INÍCIO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

7.1 Prazo para entrega dos produtos – Grupo 1 (Fornecimento)

7.1.1 A empresa contratada para o Grupo 1 – Fornecimento dos equipamentos deverá realizar a entrega integral dos ventiladores de parede, conforme especificações técnicas e quantitativos definidos neste Termo de Referência, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da emissão da Ordem de Fornecimento pela Secretaria Municipal de Educação assim como as outras secretarias requisitantes .

7.1.2. A entrega deverá ser realizada no local indicado pela Administração (item 4.3), em dias e horários previamente acordados com a fiscalização, sendo de responsabilidade exclusiva da contratada todos os custos relativos a transporte, logística, descarga e

 <p>GUARUJÁ PREFEITURA MUNICIPAL</p>	<p align="center">Município de Guarujá Estado de São Paulo Secretaria Municipal da Educação</p> <p align="center">TERMO DE REFERÊNCIA</p>	Edição:	01
		Data:	16/04/26
		Revisão:	01
		Página:	41 de 60

integridade dos equipamentos .

7.1.3. O prazo de entrega poderá ser prorrogado, de forma excepcional e devidamente justificada, mediante autorização expressa da Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

7.2 Prazo para início da prestação do serviço – Grupo 2 (Instalação e Start-Up)

7.2.1. A empresa contratada para o Grupo 2 – Instalação e Start-Up deverá iniciar a execução dos serviços no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da comunicação formal da Administração informando a disponibilidade dos equipamentos entregues pelo fornecedor do Grupo 1.

7.2.2. Os serviços de instalação deverão ser executados de forma gradual e coordenada, conforme cronograma definido pelas Secretarias, de modo a não comprometer o funcionamento regular das unidades escolares como também dos outros próprios públicos.

8 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE

8.1 Obrigações da Contratada

A CONTRATADA, obriga-se a:


I - Fazer a entrega dos produtos conforme descritos no objeto do presente Termo de Referência, garantindo a qualidade e tempestividade da execução;

II - Disponibilizar equipe técnica qualificada para atender às demandas previstas no contrato, conforme especificações e prazos estabelecidos;

III - Fornecer todos os materiais, equipamentos e recursos necessários para a plena execução do objeto contratado, salvo quando houver disposição diversa no Termo de Referência;

IV - Cumprir as normas e legislações aplicáveis à execução dos serviços, especialmente as diretrizes da Lei nº 14.133/2021 e demais normativos correlatos;

aquisição e instalação de ventiladores de parede

	<p align="center">Município de Guarujá Estado de São Paulo Secretaria Municipal da Educação TERMO DE REFERÊNCIA</p>	Edição:	01
		Data:	16/04/26
		Revisão:	01
		Página:	42 de 60

V - Garantir a confidencialidade das informações recebidas durante a execução do contrato, assegurando que não serão divulgadas ou utilizadas para outros fins alheios ao presente instrumento;

VI - Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato, isentando a CONTRATANTE de qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária;

VII - Apresentar relatórios de execução e desempenho, conforme definido pela CONTRATANTE;

VIII - Atender às solicitações e recomendações da CONTRATANTE no que se refere à melhoria da prestação dos serviços contratados;

IX - Comunicar formalmente à CONTRATANTE quaisquer intercorrências que possam comprometer o cumprimento das obrigações assumidas, propondo soluções para mitigar eventuais impactos.

8.2. Obrigações da Contratante

A CONTRATANTE obriga-se a:


I - Disponibilizar à CONTRATADA todas as informações e documentações necessárias para a execução do serviço;

II - Realizar os pagamentos devidos conforme as condições e prazos estabelecidos no contrato, desde que cumpridas todas as exigências contratuais;

III - Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, verificando o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA;

IV - Notificar a CONTRATADA, formalmente, sobre qualquer irregularidade ou inadimplência na execução dos serviços, fixando prazos para correção;

V - Prestar os esclarecimentos e responder aos questionamentos da CONTRATADA dentro de prazos razoáveis, de forma a não prejudicar a execução do serviço contratado;

 <p>GUARUJÁ PREFEITURA MUNICIPAL</p>	<p align="center">Município de Guarujá Estado de São Paulo Secretaria Municipal da Educação TERMO DE REFERÊNCIA</p>	Edição:	01
		Data:	16/04/26
		Revisão:	01
		Página:	43 de 60

VI - Zelar pelo cumprimento das normas legais e contratuais aplicáveis, adotando as providências cabíveis em caso de descumprimento das obrigações pela CONTRATADA;

VII - Fornecer, quando necessário e expressamente previsto no contrato, o apoio logístico e operacional para viabilizar a execução do serviço contratado;

VIII - Garantir o sigilo de informações sensíveis repassadas pela CONTRATADA no âmbito da execução do contrato.

A CONTRATANTE e a CONTRATADA comprometem-se a cumprir fielmente as disposições desta cláusula, observando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, conforme preconizado pela Lei nº 14.133/2021.

9 – PENALIDADES


São aplicáveis as sanções e procedimentos previstos no Título IV, Capítulo I da Lei Federal nº 14.133/21 e Seção X do Decreto Municipal nº 15.833/2023.

As penalidades só deixarão de ser aplicadas nas seguintes hipóteses:

- Comprovação, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento da obrigação; e/ou,
- Manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis exclusivamente à Administração.

9.1 Ocorrendo recusa da adjudicatária em retirar/receber a nota de empenho, dentro do prazo estabelecido neste Edital, sem justificativa aceita pela Administração, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, serão aplicadas:

- a) Multa no valor de 20% (vinte por cento) do valor do ajuste se firmado fosse;
- b) Pena de impedimento de licitar e contratar pelo prazo de mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, com a Administração Pública, à critério da Prefeitura;


	<p align="center">Município de Guarujá Estado de São Paulo Secretaria Municipal da Educação TERMO DE REFERÊNCIA</p>	Edição:	01
		Data:	16/04/26
		Revisão:	01
		Página:	44 de 60

9.2 Incidirá nas mesmas penas previstas neste subitem a empresa que estiver impedida de firmar o ajuste pela não apresentação dos documentos necessários para tanto.

9.3 À licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, inclusive em razão de comportamento inadequado de seus representantes, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida neste edital, não mantiver a proposta/lance, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, se microempresa ou pequena empresa não regularizar a documentação fiscal no prazo concedido para este fim, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, serão aplicadas as penalidades referidas nas alíneas “a” e “b” do subitem 13.4 ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, a depender da natureza e gravidade da infração cometida e peculiaridades do caso em concreto.

9.4 As penalidades poderão ainda ser aplicadas em outras hipóteses, nos termos da Lei, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, sendo que com relação a multas serão aplicadas como segue:

- a) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do ajuste, por inexecução total do objeto.
- b) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela não executada, por inexecução parcial do ajuste.
- c) Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do ajuste, por descumprimento de qualquer das obrigações decorrentes do ajuste, não previstas nas demais disposições desta cláusula.
- d) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, por rescisão do ajuste decorrente de culpa da Contratada.
- e) O não cumprimento do prazo de substituição de produtos que não atendam às especificações, estabelecido em 48 (quarenta e oito) horas, acarretará, além da suspensão dos pagamentos, a aplicação de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da

	<p align="center">Município de Guarujá Estado de São Paulo Secretaria Municipal da Educação TERMO DE REFERÊNCIA</p>	Edição:	01
		Data:	16/04/26
		Revisão:	01
		Página:	45 de 60

parcela afetada, por descumprimento de obrigação contratual. Persistindo o descumprimento após nova notificação, poderá ser aplicada multa adicional de 20% (vinte por cento) por inexecução parcial do ajuste.

9.5 As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras, quando cabíveis.

9.6 Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos dos artigos 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/21, observados os prazos nele fixados, que deverá ser dirigido ao Setor de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos.


9.7 Não serão conhecidos recursos enviados pelo correio, telex, fac-símile, correio eletrônico ou qualquer outro meio de comunicação, se, dentro do prazo previsto em lei, a peça inicial original não tiver sido protocolizada.

9.8 Caso a Contratante releve justificadamente a aplicação da multa ou de qualquer outra penalidade, essa tolerância não poderá ser considerada como modificadora de qualquer condição contratual, permanecendo em pleno vigor todas as condições deste Edital.

9.9 Os procedimentos de aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar serão conduzidos por comissão, nos termos do artigo 158, “caput” e § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

9.10 São aplicáveis à presente licitação e ao ajuste dela decorrente no que cabíveis forem, inclusive, as sanções penais estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/21.

9.11 O não atendimento às obrigações assumidas na Carta de Compromisso Técnica, incluindo a não designação ou atuação do responsável técnico indicado, a ausência de supervisão da instalação/start-up, ou o não cumprimento das normas técnicas (NR-10 e NR-35), caracterizará descumprimento contratual grave, sujeitando a contratada às seguintes penalidades, garantido o direito prévio de defesa:

	<p align="center">Município de Guarujá Estado de São Paulo Secretaria Municipal da Educação TERMO DE REFERÊNCIA</p>	Edição:	01
		Data:	16/04/26
		Revisão:	01
		Página:	46 de 60

- a) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela afetada ou do contrato, conforme a gravidade do descumprimento; e/ou
- b) Rescisão contratual por inexecução parcial ou total, conforme art. 137, inciso II, da Lei nº 14.133/2021;
- c) Impedimento de licitar e contratar com a Administração Municipal pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme art. 156, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.
- d) Essas penalidades não excluem a aplicação cumulativa das demais sanções previstas neste Termo de Referência, na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 15.833/2023.


10 - CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

10.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA

Deverão ser apresentados documentos que visam demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, sendo que esta limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada. Podendo ser apresentado:

- a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária.
- c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias;
- d) Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas

	<p align="center">Município de Guarujá Estado de São Paulo Secretaria Municipal da Educação TERMO DE REFERÊNCIA</p>	Edição:	01
		Data:	16/04/26
		Revisão:	01
		Página:	47 de 60

tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

e) Decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

f) Declaração de que não há fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública, sob as penas da lei;

g) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

10.2 REGULARIDADE FISCAL

a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

b) Prova de Inscrição no Cadastro Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;


c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e para com a Seguridade Social, através de Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, referente a Tributos Federais (**inclusive as contribuições sociais**) e Dívida Ativa da União - expedida pelo Ministério da Fazenda - Procuradoria Geral da Fazenda - Receita Federal do Brasil (PORTARIA CONJUNTA RFB / PGFN Nº 1751, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014).

d) Certidão de Regularidade de Débito com a Fazenda Estadual (débitos inscritos), da sede ou do domicílio da licitante;

e) Certidão de Regularidade de Débito com a Fazenda Municipal (tributos mobiliários), da sede ou do domicílio da licitante

f) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS), por meio de apresentação do CRF – Certificado de Regularidade do FGTS;

aquisição e instalação de ventiladores de parede

	<p align="center">Município de Guarujá Estado de São Paulo Secretaria Municipal da Educação TERMO DE REFERÊNCIA</p>	Edição:	01
		Data:	16/04/26
		Revisão:	01
		Página:	48 de 60

Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativa e certidões positivas, que noticiem que os débitos certificados estão garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

10.3 REGULARIDADE TRABALHISTA

a) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou positiva com efeito de negativa.

10.4 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA


10.4.1 A licitante deverá apresentar:

- Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios.
- No caso de empresas constituídas há menos de 1 (um) ano, será exigida a apresentação do Balanço de Abertura, devidamente registrado na Junta Comercial ou no Cartório competente.
- Para fins de comprovação da boa situação econômico-financeira, a Administração poderá avaliar os seguintes índices, calculados a partir do último balanço:

- Liquidez Geral ($LG \geq 1$)
- Liquidez Corrente ($LC \geq 1$)
- Solvência Geral ($SG \geq 1$)

Fórmulas:

- $LG = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) \div (\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo})$

	<p align="center">Município de Guarujá Estado de São Paulo Secretaria Municipal da Educação TERMO DE REFERÊNCIA</p>	Edição:	01
		Data:	16/04/26
		Revisão:	01
		Página:	49 de 60

- $LC = \text{Ativo Circulante} \div \text{Passivo Circulante}$
 - $SG = \text{Ativo Total} \div (\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo})$
- d) Capital Mínimo – Caso a empresa não atinja o índice mínimo exigido em qualquer dos itens acima, poderá comprovar sua capacidade mediante apresentação de capital social ou patrimônio líquido mínimo de 10% do valor estimado da contratação.
- e) Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica licitante .

10.5 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

As exigências de qualificação técnica foram estabelecidas em observância aos princípios da proporcionalidade, razoabilidade e competitividade, de modo a assegurar que a futura contratada possua capacidade técnica suficiente para execução do objeto, sem impor restrições indevidas à participação de licitantes.


Nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021, a comprovação da qualificação técnica das licitantes tem por finalidade demonstrar a aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e complexidade com o objeto da presente licitação, garantindo à Administração que a futura contratada possui experiência mínima necessária para a adequada execução do objeto.

Considerando que o objeto da presente contratação encontra-se parcelado em dois grupos distintos, correspondentes ao fornecimento dos equipamentos (Grupo 1) e à instalação e start-up dos equipamentos (Grupo 2), a comprovação da capacidade técnica deverá observar as exigências específicas estabelecidas a seguir, de modo a preservar simultaneamente a segurança da contratação e a ampla competitividade do certame.

10.5.1 Grupo 1 – Fornecedor de ventiladores

Para fins de habilitação no Grupo 1 – Fornecedor dos ventiladores, a licitante deverá apresentar:

aquisição e instalação de ventiladores de parede

	<p align="center">Município de Guarujá Estado de São Paulo Secretaria Municipal da Educação TERMO DE REFERÊNCIA</p>	Edição:	01
		Data:	16/04/26
		Revisão:	01
		Página:	50 de 60

a) Atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) o fornecimento de equipamentos compatíveis com o objeto da presente licitação, tais como ventiladores, climatizadores, exaustores ou outros equipamentos destinados à ventilação ambiental;

b) O(s) atestado(s) apresentado(s) deverá(ão) demonstrar que a licitante realizou fornecimento compatível com o objeto licitado, em quantitativo mínimo correspondente a 20% (vinte por cento) do quantitativo total estimado para o respectivo grupo, admitida a soma de atestados para fins de comprovação;

c) A exigência de quantitativo mínimo justifica-se pela necessidade de assegurar que a empresa licitante possua experiência comprovada no fornecimento de equipamentos de natureza similar, evitando riscos à execução contratual e garantindo a adequada capacidade operacional da futura contratada, sem, contudo, restringir indevidamente a competitividade do certame;

d) O(s) atestado(s) deverá(ão) conter, sempre que possível:


identificação da entidade emissora;

descrição do objeto fornecido;

- quantitativo fornecido;
- período de execução ou fornecimento;
- identificação da empresa fornecedora.

A exigência de comprovação de experiência mínima mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica correspondente(s) a 20% (vinte por cento) do quantitativo estimado para o Grupo 1 – Fornecimento de ventiladores foi estabelecida com fundamento no art. 67 da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a Administração a exigir demonstração de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação.

Tal exigência tem por objetivo assegurar que a futura contratada possua capacidade operacional mínima e experiência comprovada no fornecimento de equipamentos similares, reduzindo riscos de inadimplemento contratual e garantindo maior segurança à

 <p>GUARUJÁ PREFEITURA MUNICIPAL</p>	<p align="center">Município de Guarujá Estado de São Paulo Secretaria Municipal da Educação TERMO DE REFERÊNCIA</p>	Edição:	01
		Data:	16/04/26
		Revisão:	01
		Página:	51 de 60

execução do objeto.

Importa destacar que o percentual adotado não restringe a competitividade, pois foi fixado em patamar moderado, compatível com a natureza do objeto e com o porte do fornecimento, permitindo inclusive a somatória de atestados para fins de comprovação da experiência exigida.

A definição de quantitativo mínimo em percentual reduzido encontra respaldo na jurisprudência dos Tribunais de Contas, que admitem a exigência de comprovação de experiência anterior em quantitativo proporcional ao objeto licitado, desde que observados os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e ampla competitividade.

Nesse sentido, o Tribunal de Contas da União tem entendimento consolidado de que a exigência de quantitativo mínimo em atestados de capacidade técnica é legítima quando necessária para garantir a adequada execução do objeto, desde que não represente restrição indevida à participação de licitantes.

Assim, ao estabelecer o percentual mínimo de 20% do quantitativo estimado, a Administração buscou equilibrar dois objetivos fundamentais:


- assegurar a capacidade técnica mínima da futura contratada, e
- preservar a ampla participação de empresas no certame.

Dessa forma, conclui-se que a exigência estabelecida no presente Termo de Referência encontra-se tecnicamente justificada, juridicamente fundamentada e alinhada aos princípios que regem as contratações públicas.

10.5.2 Grupo 2 – Instalação e start-up dos ventiladores

Considerando que os serviços de instalação e start-up de ventiladores de parede caracterizam-se como serviços comuns de baixa complexidade técnica, não demandando tecnologia especializada ou estrutura operacional complexa, a comprovação de qualificação técnica para o Grupo 2 será estabelecida de forma proporcional à natureza do objeto, em observância aos princípios da razoabilidade e da ampla competitividade.

Assim, para fins de habilitação no Grupo 2 – Instalação e start-up, a licitante deverá

 <p>GUARUJÁ PREFEITURA MUNICIPAL</p>	<p align="center">Município de Guarujá Estado de São Paulo Secretaria Municipal da Educação</p> <p align="center">TERMO DE REFERÊNCIA</p>	Edição:	01
		Data:	16/04/26
		Revisão:	01
		Página:	52 de 60

apresentar:


- a) Atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a execução de serviços de instalação de equipamentos elétricos, ventiladores, climatizadores, sistemas de ventilação ou serviços similares;
- b) Será admitida a apresentação de um ou mais atestados, podendo ser somados para fins de comprovação da experiência da licitante;
- c) Não será exigido quantitativo mínimo específico para os serviços de instalação, considerando a natureza do objeto e o princípio da competitividade;
- d) Os serviços deverão ser executados por profissionais capacitados, observando-se as normas técnicas e de segurança aplicáveis, especialmente aquelas relacionadas às instalações elétricas.

10.5.3 Disposições gerais

- a) A Administração poderá promover diligências para verificar a autenticidade das informações constantes nos atestados apresentados, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.
- b) Caso necessário, poderão ser solicitados documentos complementares que comprovem a efetiva execução dos serviços ou fornecimentos descritos nos atestados apresentados.
- c) A apresentação de atestado incompatível com o objeto licitado ou que não permita a verificação mínima da experiência da licitante poderá ensejar sua desconsideração para fins de habilitação.

10.5.4 Regras para aceitação dos atestados de capacidade técnica

- a) Para fins de comprovação da qualificação técnica, será admitida a soma de atestados, desde que os documentos apresentados permitam verificar a compatibilidade do fornecimento ou do serviço executado com o objeto da presente licitação.
- b) Serão aceitos atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado,

	<p align="center">Município de Guarujá Estado de São Paulo Secretaria Municipal da Educação TERMO DE REFERÊNCIA</p>	Edição:	01
		Data:	16/04/26
		Revisão:	01
		Página:	53 de 60

desde que contenham informações suficientes para a verificação da experiência da licitante.

c) Os atestados poderão estar em nome da matriz ou da filial da licitante, desde que comprovada a vinculação jurídica entre os estabelecimentos e que a empresa participante do certame integre a mesma pessoa jurídica responsável pela execução do objeto atestado.

d) Também serão aceitos atestados emitidos em nome de empresas que tenham sido incorporadas, fundidas ou sucedidas pela licitante, desde que devidamente comprovada a sucessão empresarial.


e) A Administração poderá realizar diligências para confirmação da veracidade das informações apresentadas, inclusive mediante contato com os emitentes dos atestados, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

f) A ausência de informações essenciais no atestado poderá ser suprida mediante apresentação de documentos complementares, tais como contratos, notas fiscais, ordens de fornecimento ou declarações emitidas pelo contratante.

10.5.5 Qualificação técnico-profissional – Grupo 2 (Instalação e Start-Up) Considerando que os serviços previstos no Grupo 2 – Instalação e start-up de ventiladores de parede consistem em atividades operacionais de fixação de equipamentos e ligação elétrica simples em rede existente, não se caracterizando como obra ou serviço de engenharia de maior complexidade técnica, não será exigida a apresentação de responsável técnico registrado em conselho profissional, tampouco a apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT.

Tal entendimento observa os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e competitividade, previstos na Lei nº 14.133/2021, bem como a natureza do serviço a ser executado, que não demanda elaboração de projeto técnico, dimensionamento estrutural ou intervenções complexas em sistemas elétricos.

Entretanto, a empresa contratada deverá assegurar que os serviços sejam

	<p align="center">Município de Guarujá Estado de São Paulo Secretaria Municipal da Educação TERMO DE REFERÊNCIA</p>	Edição:	01
		Data:	16/04/26
		Revisão:	01
		Página:	54 de 60

executados por profissionais devidamente capacitados, observando-se obrigatoriamente:

- as normas técnicas aplicáveis às instalações elétricas, em especial a ABNT NBR 5410 – Instalações elétricas de baixa tensão;
- as normas de segurança do trabalho aplicáveis, incluindo a NR-10 (Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade) e demais regulamentações pertinentes;
- os procedimentos de segurança necessários à instalação em parede e à operação dos equipamentos.


A contratada deverá garantir que os profissionais designados para execução dos serviços possuam qualificação e treinamento compatíveis com a atividade, responsabilizando-se integralmente pela segurança da execução e pela correta instalação dos equipamentos.

A Administração poderá, a qualquer momento, solicitar informações ou documentação que demonstre a capacitação dos profissionais envolvidos, tais como certificados de treinamento ou registros de experiência profissional.

A habilitação técnica será analisada separadamente para cada grupo, observando-se exclusivamente os documentos apresentados para o respectivo grupo lícitado. Adicionalmente, ressalta-se que não foi estabelecido quantitativo mínimo para o Grupo 2 – Instalação e start-up, considerando que se trata de serviço comum de baixa complexidade técnica, o que reforça o compromisso da Administração com a proporcionalidade das exigências de habilitação.

11 – VISITA TÉCNICA

As empresas interessadas poderão, CASO ACREDITEM SER RELEVANTE, a visita técnica às unidades onde poderão ser executados os serviços de instalação dos ventiladores , tendo por finalidade possibilitar às licitantes o conhecimento prévio das condições físicas dos locais de instalação, da infraestrutura elétrica existente e das características das edificações, de modo a permitir a adequada elaboração das propostas.

	<p align="center">Município de Guarujá Estado de São Paulo Secretaria Municipal da Educação TERMO DE REFERÊNCIA</p>	Edição:	01
		Data:	16/04/26
		Revisão:	01
		Página:	55 de 60

A realização da visita técnica poderá ser agendada previamente junto à Secretaria Municipal de Educação, em horário de expediente, mediante solicitação formal da empresa interessada, até 02 (dois) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública do certame.

A licitante que optar por realizar a visita técnica deverá comparecer por meio de representante devidamente identificado, sendo emitida pela Administração a correspondente declaração de realização de visita técnica, a qual poderá ser apresentada para fins de comprovação.

A não realização da visita técnica não poderá ser utilizada como justificativa para descumprimento das obrigações contratuais, nem para alegações posteriores de desconhecimento das condições locais, visto que as informações necessárias à elaboração das propostas encontram-se descritas no Termo de Referência e demais documentos que integram o processo licitatório.

Caso a licitante opte por não realizar a visita técnica, deverá apresentar declaração formal de pleno conhecimento das condições de execução do objeto, assumindo integral responsabilidade pela elaboração de sua proposta e pela execução do contrato.

A Administração ressalta que a visita técnica tem caráter meramente facilitador e informativo, não constituindo requisito obrigatório para participação no certame, em observância aos princípios da razoabilidade, competitividade e isonomia, previstos na Lei nº 14.133/2021.

Para agendamento :

email : infraestruturaseduc2022@gmail.com

fone : (13) 3308.67.23 / 3308.67.29


responsáveis por agendamento e acompanhamento de visitas :

Ana Carolina de Sousa Siqueira Costa

pront. : 16.071

Ruy Lins melo Medeiros

pront. : 16.053

 <p>GUARUJÁ PREFEITURA MUNICIPAL</p>	<p align="center">Município de Guarujá Estado de São Paulo Secretaria Municipal da Educação TERMO DE REFERÊNCIA</p>	Edição:	01
		Data:	16/04/26
		Revisão:	01
		Página:	56 de 60

Ana Lucia de Andrade dos Santos Pio
pront. : 4.679

12 – AMOSTRAS DOS PRODUTOS

12.1 Não se aplica .

13 – FISCALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO


13.1 A fiscalização e o acompanhamento da execução do contrato serão realizados por um ou mais servidores designados por meio de Portaria específica, a ser expedida por ocasião da assinatura do contrato, em conformidade com o disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/2021, e nos termos do Decreto Federal nº 11.246/2022.

13.2 A designação de fiscais e, se necessário, de gestores contratuais observará critérios de competência técnica e vínculo com a Administração, a fim de assegurar a adequada supervisão da execução contratual, o controle da conformidade dos serviços prestados e a adoção de medidas corretivas tempestivas, sempre que necessário.

13.3 A indicação dos fiscais no momento da assinatura do contrato visa garantir que a escolha recaia sobre servidores disponíveis e capacitados, de acordo com a realidade administrativa do órgão à época da contratação. Tal prática assegura flexibilidade, eficiência e aderência à legislação vigente.

14 – CONSÓRCIO

14.1 Não será permitida a participação de consórcio no presente certame. A restrição se justifica porque o objeto, que consiste na aquisição e instalação (com start-up) de ventiladores em unidades escolares e outros próprios da Prefeitura, é caracterizado como aquisição e instalação de ventiladores de parede

 <p>GUARUJÁ PREFEITURA MUNICIPAL</p>	<p align="center">Município de Guarujá Estado de São Paulo Secretaria Municipal da Educação TERMO DE REFERÊNCIA</p>	Edição:	01
		Data:	16/04/26
		Revisão:	01
		Página:	57 de 60

bem e serviço comum, de baixa complexidade técnica, cujas especificações estão padronizadas neste Termo de Referência. Trata-se de contratação perfeitamente exequível por empresas individualmente atuantes no mercado, sem necessidade de união de competências ou diluição de riscos, como ocorre em contratações de alta complexidade. A vedação encontra respaldo no art. 15 da Lei nº 14.133/2021, configurando medida adequada, proporcional e compatível com as peculiaridades do objeto.

A restrição se justifica também porque o objeto foi devidamente parcelado em dois itens autônomos (grupo 1 – aquisição dos equipamentos e grupo 2 – instalação/start-up).

14.2 Subcontratação

Em razão do parcelamento do objeto, não será permitida a subcontratação em nenhum dos itens do certame.

14.2.1 Justificativa técnica e jurídica

A divisão do objeto em dois itens independentes — aquisição (grupo 1) e instalação/start-up (grupo 2) — elimina a necessidade de subcontratação, uma vez que cada etapa será contratada diretamente com empresas distintas, e sendo assim, cada qual responsável integralmente por sua execução.

O modelo adotado atende diretamente ao disposto no art. 40, caput, §1º e V, “b”, da Lei 14.133/2021, que recomenda a adoção do parcelamento para ampliar a competição e permitir a participação de empresas com especializações diferentes.

Assim, não subsiste justificativa para permitir que a empresa vencedora de qualquer dos itens subcontrate terceiros, pois:

O parcelamento já separa funções e especialidades;

A Administração contrata diretamente a empresa responsável por cada etapa;


A subcontratação criaria riscos de gestão, fiscalização e responsabilização;

14.2.2 Regra aplicada

Fica vedada:

a subcontratação integral;

a subcontratação parcial;

	<p align="center">Município de Guarujá Estado de São Paulo Secretaria Municipal da Educação TERMO DE REFERÊNCIA</p>	Edição:	01
		Data:	16/04/26
		Revisão:	01
		Página:	58 de 60

a subcontratação de etapas, equipes, materiais ou procedimentos vinculados ao objeto de cada item.

Cada contratada (grupo 1 ou grupo 2) será 100% responsável por todas as obrigações, qualidade, garantia, materiais, execução e resultados vinculados ao item que vencer.

15 - DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO


Em atendimento ao artigo 6º, inciso XXIII da Lei Nº 14.133/2021 a fundamentação da presente contratação faz referência ao estudo técnico preliminar devidamente acostado ao processo administrativo digital.

Há previsão para a pretendida contratação no PCA – Plano de Compras Anual, conforme poder ser consultado em <https://www.guaruja.sp.gov.br/plano-de-contratacoes-anual-2026> , bem como na Lei Orçamentária Anual (LOA).

16 - SUSTENTABILIDADE

A contratação para aquisição e instalação de ventiladores de parede apresenta impactos ambientais reduzidos, considerando a natureza do objeto e o uso previsto nas unidades escolares. Ainda assim, alguns aspectos ambientais devem ser observados, bem como medidas de mitigação, conforme descrito a seguir:

- Consumo elétrico (\approx 230 W/unidade) – elaborar rotinas de uso em horários críticos e reforçar a vantagem de eficiência energética em comparação a sistemas de ar-condicionado, com até 80% menos consumo.
- Ruído – instalação em altura recomendada para evitar desconforto, respeitando limites aceitáveis para ambientes escolares.
- Resíduos – destinação correta de embalagens e peças substituídas, conforme normas ambientais locais.

	<p align="center">Município de Guarujá Estado de São Paulo Secretaria Municipal da Educação TERMO DE REFERÊNCIA</p>	Edição:	01
		Data:	16/04/26
		Revisão:	01
		Página:	59 de 60

- Logística de transporte e instalação – otimização de rotas de entrega e instalação para reduzir emissões de CO₂.
- Durabilidade e materiais – equipamentos com resistência à corrosão prolongam a vida útil e reduzem a necessidade de descarte precoce.
- Fim de vida útil – recomendação de adoção de práticas de logística reversa e descarte ambientalmente adequado dos equipamentos, conforme legislação vigente.

17 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

<https://pncp.gov.br/app/editais/07847379000119/2026/9>

<https://pncp.gov.br/app/editais/46612032000149/2026/26>


<https://pncp.gov.br/app/editais/08241747000496/2026/26>

18 – DA VIGÊNCIA

18.1 Sobre o prazo de vigência da ata de registro de preços, citamos aqui o art. 84 da Lei Federal 14.133/21:

Art. 84. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

18.2 A não utilização dos quantitativos registrados por conveniência da CONTRATANTE não gerará ao CONTRATADO direito a qualquer espécie de indenização.

	<p align="center">Município de Guarujá Estado de São Paulo Secretaria Municipal da Educação TERMO DE REFERÊNCIA</p>	Edição:	01
		Data:	16/04/26
		Revisão:	01
		Página:	60 de 60

19 - SECRETARIA REQUISITANTE

06.01 Secretaria Municipal de Gestão Administrativa

07.01 Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social

11.01 Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Portuário

12.01 Secretaria Municipal de Educação

13.01 Secretaria de Esporte e Lazer

15.01 Secretaria de Meio Ambiente e Segurança Climática

27.01 Secretaria de Operações Urbanas

Elemento de despesa:

3.3.90.39.00 - prestação de serviço pessoa jurídica

4.4.90.52.00 - material permanente

fonte : Tesouro

Leila Martins dos Santos Cruz

pront. : 17.793

gerência Adm Logística

"A escola é, antes de tudo, um modo de viver, não apenas um lugar onde se ensina"
Anísio Teixeira

aquisição e instalação de ventiladores de parede